ERVA REBELDE
1

ÍNDICE

Capa e contra-capa: ME&M.E.

O GERA - Grupo Erva Rebelde, editor da presente publicação, não se revê necessariamente em todos os pontos de vista dos textos aqui publicados, reconhecendo em todos eles, todavia, alguma pertinência para a sua publicação, e sendo-lhe indiferente a norma ortográfica em que estejam escritos.

Para a edição desta revista foi usado *software* livre - Scribus, Gimp, LibreOffice e sistema operativo Linux.

erva rebelde número um
Porto, abril de 2017
ervarebelde@riseup.net
https://ervarebelde.noblogs.org

"(…) ***não se pode matar a liberdade de pensar. É certo que pode ser silenciada, mas ela oferece seguramente a sua oposição perpétua e indomável aos ditames da autoridade tal como uma erva cresce sem ruído.***" (Voltairine de Cleyre)

"***… para que o dinheiro entre, ele tem que sair.*** "
(uma mulher na mercearia)

"***… passo a vida a mijar e dói-me a piça.***" (sentados no chão ao sol durante uma pausa, um operário para o outro)

editorial

Um dia, o mundo adormece com a morte de Fidel, no outro, acorda com a eleição de Trump e de uma ponta à outra das notícias e dos artigos de opinião, que percorrem o planeta, estamos sempre em conflito ideológico, ou resolutamente perplexas, com o mundo que nos rodeia. Este conflito cresce-nos nas entranhas e ramifica-se quer pela percepção que temos da importância dada a certos assuntos e o silenciamento de outros, quer pelas palavras assépticas que nos querem inculcar, mas também pela profusão intencionalmente caótica e dispersa. Se há coisas que nem apetece referir, porque soam a heresia política, como falar do mundo em que vivemos e que queremos construir sem referir o massacre da linguagem e do humano?

Enquanto continuamos a nos organizar a um ritmo que será sempre demasiado lento, mas necessariamente lento, um desconforto, uma amargura e um desassossego se instalam. Entre companheiros que partem, como Júlio Carrapato, e outras que chegam, criam espaços - como a livraria anti-autoritária em Lisboa, ou a livraria Amarcord em Berlin - abrem portas e organizam momentos de partilha e discussão, nesta finisterra, os espaços do pensar anarquista permanecem à imagem do contexto social, político e económico que vivemos com as características próprias das nossas circunstancias geográficas, históricas e do nosso ser. O ritmo de eleições e os seus dispositivos, que confirmam as suas contradições e declarações perigosas e bélicas, como o recente ruído nuclear de dirigentes no twitter - que, en passant, já fora assunto de discussão estival no seio da NATO - encaminham-nos para um espaço cada vez mais pequeno, onde muros, ora legais ora de betão armado e arame farpado, são erigidos pelas chamadas democracias. Em nome da segurança e liberdade submetem-nos à pequenez e mesquinhez dos governos e à prepotência violenta do braço armado dos estados, as forças policiais e militares, que matam, violam e encarceram de Ferguson à Palestina, de Paris ao Mexico.

A queda do muro de Berlim em 1989 deu lugar a uma economia militar lucrativa e a técnicas aperfeiçoadas de controlo e separação, porque afinal as vedações não foram derrubadas, apenas se deslocaram para as fronteiras do mundo ocidental, um espaço economicamente protegido e favorecido, um espaço definitivamente branco e judaico-cristão. Os países da Europa, um a um, consolidam dispositivos de repressão que nos apresentam como benéficos para a nossa liberdade e cimentam políticas económicas definidas a longo prazo nos corredores calcorreados pelas elites dos estados. São políticas acima de qualquer partidarismo político, daí a profusão de candidatos sem partido aos mais elevados postos dos estados (como Macron em França) confirmando a natureza ilusória das democracias representativas, e que desfrutam de uma panóplia de máscaras democráticas imiscuídas nas engrenagens dos estados. Isto confirma-nos que sem perder de vista a nossa posição contra os estados e seus mecanismos, há uma luta premente que passa por todo o tipo de educação contra-capitalista e boicote ao capitalismo, quer pela destruição, quer pela organização de circuitos desviantes do consumismo (troca, respigagem, hortas comunitárias, apropriação, ocupação, roubo organizado para redistribuição). Entretanto, como se a confusão não fosse suficiente, a acção humanitária é separada do activismo político e criminalizada pelos tribunais em França. Respiramos um ar povoado de drones que vigiam e matam, alimentando um desejo de controlo totalitário capitalista, mas curiosamente, democratizado, porque cada qual pode comprar o seu drone pessoal, o seu pequeno circuito de vigilância. A malta segue assistindo e participando na gamificação da vida, as nossas vidas.

ALGUMAS NOTAS SOBRE UMA GERAÇÃO DE ESQUERDISTAS ARREPENDIDOS

"Incendiário aos 20, bombeiro aos 40"

M. Ricardo de Sousa

Notícias recentes deram-nos conta de que a Goldman Sachs International anunciou a nomeação do ex-maoista José Manuel Durão Barroso para seu presidente não executivo e consultor do banco de investimento. Ao que parece, também o actual Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Junker, andou pelo trotskismo... Mas qual é a relevância que tem o esquerdismo juvenil dessas figuras de proa da política internacional, para aqueles que permanecem refractários à ordem capitalista?

Desde os primórdios dos movimentos anticapitalistas no século XIX que vemos figuras relevantes, e activistas conhecidos, do socialismo, do comunismo e do anarquismo passarem para o campo da burguesia e, em alguns casos, tornaram-se fascistas ou reaccionários convictos. Em Portugal, basta pensar em casos como o de Alfredo Pimenta, Homem Cristo Filho, Carlos Rates e Manuel Ribeiro. Não é por acaso que os sociais-democratas inventaram o ditado "revolucionário em jovem, social-democrata em adulto", que alguém sintetizou da melhor forma num outro, "incendiário aos 20, bombeiro aos 40", tendo em conta a grande quantidade de revolucionários e ex-comunistas que se vieram a instalar nas fileiras do pragmatismo reformista social-democrata…

Na última fase da luta antifascista em Portugal, um número significativo de jovens de classe média, principalmente estudantes, envolveu-se nas actividades clandestinas de inúmeros grupos esquerdistas, mais ou menos dogmáticos, a que se seguiu a fase agitada revolucionária do pós-25 de Abril, que trouxe para as ruas, e para a agitação política, um grande número de outros jovens. A este movimento ascendente seguiu-se outro, de fuga desordenada de jovens adultos em busca de carreiras seguras na época de desilusão e ressaca no final dos anos 70. Os mais rápidos e perspicazes foram alguns dos regressados do exílio: Manuel Alegre, Villaverde Cabral, Medeiros Ferreira, Manuel Lucena e António Barreto que, depois de terem dedicado alguma da sua retórica e capacidade intelectual à ideia da Revolução em Portugal, logo se colaram aos candidatos a gestores do novo poder democrático, acabando como políticos conservadores.

Uma segunda vaga é dos Espadas, Pachecos Pereiras, Heduínos Gomes, os MES e Luares, que ainda andaram uns longos meses a brincar à luta de classes no pós-25 de Abril, mas que, logo que perceberam que a festa tinha acabado, com o 25 de Novembro, foram tratar das suas vidinhas. Eram, na quase totalidade, de classe média alta, com carreiras académicas interrompidas e candidatos a reintegrarem a luta política no quadro institucional da democracia representativa ou a voltarem-se para os

negócios. Que isto de estar com as classes e grupos subalternos sem esperança de a curto prazo haver o assalto ao Palácio de Belém é desconfortável, cansa e não compensa.

Nessa altura, muitos outros ainda se atrasavam nas disputas internas do PCP, como os Raimundos Narcisos e as Zitas Seabras, apesar de a crítica do autoritarismo estalinista já ter sido feita há décadas. Da luta armada da ARA e da actividade nebulosa do PCP, Raimundo Narciso foi discretamente para o PS; já Zita Seabra, funcionária bem comportada, só podia acabar no PSD e num conservadorismo com cheiro a incenso. Vital Moreira e muitos outros desses «comunistas» ortodoxos, mas desatentos, acabariam por desaguar igualmente no PS.

A década de 80/90 foi rica nesse processo dos trânsfugas, já que, sendo uma época de vacas gordas, não faltavam oportunidades nos partidos, nas empresas, nos negócios e nas universidades. O esquerdismo esfrangalhava-se, o PCP ia abrindo fendas, a restauração da ordem capitalista já não oferecia dúvidas.

Alguns que na véspera ainda apregoavam a resistência e a necessidade da revolução iam vivendo, por hábito e necessidade, à custa de regulares assaltos a bancos feitos pelos seus jovens, e ainda entusiastas, militantes. Mas viram, de repente, este reme-reme já sem glória ser interrompido pela vaga de prisões no que ficou conhecido como "Caso PRP". O traumatismo foi ultrapassado e este interregno criou a última oportunidade para os principais chefes refazerem as suas vidas ao abrigo das "novas oportunidades" que se abriam nessa época de negócios prósperos. Carlos Antunes, o emblemático funcionário clandestino do PCP e fundador das BR, embora um pouco retardatário, embarcou numa das últimas carruagens do comboio da história. Dedicando-se, ao longo da viagem, a refazer uma biografia adequada aos novos tempos, arranjou até tempo para apoiar a última tentativa de candidatura presidencial de Mário Soares, que ele no passado tanto detestava…

Evidentemente, a história não estava ainda encerrada. No final dos anos 90, a desintegração da FUP/FP25, que reunia o remanescente do esquerdismo radical dos anos 70, reproduzindo o processo PRP, levou a que uns quantos apressados corressem ainda atrás do comboio para o apanharem numa última curva. Alguns conseguiram-no, e destes houve quem seguisse em primeira classe, como o famoso coronel, cujo nome não deve ser evocado em vão, e o bancário Mouta Liz; dizem eles, que ganharam alguns milhões em negócios por Angola e Moçambique. Vão ter certamente uma velhice tranquila, sem dependerem de uma Segurança Social em crise. Outros, mais modestamente, mas também mais atrasados, ficaram-se pelos restantes lugares da última carruagem. Do PS ao BE. Quando o comboio já anda mais devagar, em pleno século XXI, quase parado, e tantos já se haviam fartado da viagem, uns últimos moicanos instalaram-se de pé no vagão do BE, pois já não havia lugares sentados.

Quando olhamos para esta história, qual o sentimento com que ficamos? Talvez o enjoo e o nojo sejam os sintomas do nosso incómodo. Mesmo quando não conhecemos muitos deles, mesmo quando ignoramos até que ponto sempre foram uns pulhas e sem-carácter em busca de um caminho fácil de acesso ao poder. Quase todos eles estiveram em organizações vanguardistas de raiz marxista-leninista, maoista e trotskista, que tinham como objectivo apropriar-se do Estado para impor uma ditadura em nome de um proletariado mítico. É certo que nessa plêiade também há uns quantos poucos radicais libertários; basta pensar em Daniel Cohn-Bendit ou na pacata Maria de Lourdes Rodrigues – a mais detestada ministra da Educação, premiada com aquele antro da FLA quando foi corrida do ministério –, e que passou discretamente pelo anarquismo orientada por João Freire, também ele convertido em liberal. Mas claramente os trânsfugas maoistas destacaram-se por todo o lado como os mais subservientes escroques serviçais das classes dominantes. Durão Barroso será o mais competente destes trânsfugas; muitos gostariam de acabar na Comissão Europeia ou no Goldman Sachs, ou pelo menos na administração de um bancozito ou empreiteira local, mas o sol quando nasce não é para todos, como sabe qualquer liberal. A lista de nomes seria um rol maçador para ser enumerado, mas basta recordar um tal Heduíno Gomes, que já chegou a ser famoso líder esquerdista do PCP(ml), e que, depois de ter sido um serviçal dos serviços secretos estrangeiros nos anos de 74/75, acabou convertido ao cristianismo, no PSD, salazarista convicto e agitador das causas da família e da civilização ocidental. Outros do MRPP, de onde era originário Durão Barroso e uma longa lista de jornalistas, comentadores políticos, professores, historiadores e juristas, também esta uma organização obscura nos seus laços suspeitos e nas suas alianças aos sectores contra-revolucionários de 75, dedicaram-se ao direito e aos negócios. Álvaro Vasconcelos, também do tal PCP(ml), tornou-se um especialista mediático conhecido de assuntos estratégicos depois de ter ido à China. Nas universidades não faltam os companheiros, de um Carlos Espada, apóstolo do liberalismo, a uma Fátima Bonifácio, assumida conservadora, mas que já teve a ousadia de afirmar em entrevista sobre a sua juventude, que "sempre pendi muito para o lado anarquista", mesmo que esse pendor não fosse reconhecido nesses meios.

Nos jornais a lista é ainda maior, ou não tivessem feito os seus estágios nos jornais esquerdistas, de José Manuel Fernandes e Henrique Monteiro à histérica Helena

Matos. A Ester Muznick, dos maoismos passou à defesa cega do Estado de Israel, orgulhosa das suas raízes. Outros foram para o PS cuidar dos negócios, como o maoista Jorge Coelho, e arrumar os ministérios, como o trotskista Santos Silva. Nuno Crato, depois de ter controlado os estudantes maoistas, dedicou-se a controlar também, nos últimos anos, os professores descontentes no governo de Passos Coelho. Outros, como o tripeiro Pedro Baptista, lá arranjaram também um lugarzito no PS, mas, não se acomodando, fez uma última tentativa de criar o Partido do Norte, suspirando de saudades dos seus tempos do "Grito do Povo", quando era uma personagem popular no Porto, na Ribeira, na Foz e em Aldoar. A lista podia continuar com Acácio Barreiros e Ferro Rodrigues, que se foram instalar comodamente no PS, depois de terem passado pelo UDP e pelo MES e, mais tarde, pelo otelismo.

Esta história não é sequer paroquial, pois por todo o lado, em França, na Alemanha, no Brasil, nos EUA, em Espanha, existem nos negócios, no jornalismo, na política, nomes destacados de esquerdistas arrependidos. Uns discretos, outros tentando manter alguma independência crítica, mas, na maioria, serviçais sem carácter, mais reaccionários e oportunistas dos que sempre foram, por formação e carácter, conservadores. No caso espanhol temos até um tardio militante desse nebuloso grupo armado maoista, os Grapo, Pío Moa, que se tornou, quando saiu da prisão, historiador revisionista da Guerra Civil Espanhola, dedicando-se a justificar os crimes franquistas, e também uma ministra da Educação do PP, Pilar del Castillo Vera, que veio da organização "Bandeira Vermelha".

Num livro interessante, "O Poder e os Idealistas. A geração idealista de 68 e a sua subida ao Poder", Paul Berman dedica-se a justificar essa "natural" evolução política a partir do caso paradigmático de Joshka Fischer, ex-militante radical que foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha pelo Partido Verde. Uma coisa é certa, praticamente nenhuma destas personagens camaleónicas foi capaz de escrever uma autobiografia honesta e autocrítica. Na quase totalidade, instalaram-se ao lado dos poderosos com a mesma cegueira, fanatismo e subserviência que os caracterizava quando estavam nas suas pequenas vanguardas em nome do proletariado e do povo.

Hoje, isto é já um passado arqueológico entediante para as novas gerações, mas recordar esses militantes e dirigentes que se diziam revolucionários, é também chamar a atenção para as questões do poder e das ideias defendidas nas organizações e nos movimentos contestatários, pois mais importante que as palavras são as práticas, e uma permanente desconfiança sobre todos os que buscam o poder e a liderança nesses meios é um imperativo, pois é nesses obscuros recantos onde se ocultam os candidatos a chefes que estão os arrependidos do futuro. Não se espere sequer que o discurso radical ou revolucionário nos permita identificar os mais consequentes, já que muitos dos mais histéricos do passado são hoje os mais reaccionários e conservadores…

Nos movimentos sociais, entre os indignados ou nas praças ocupadas, a velha questão do Poder, o conflito entre dirigentes-dirigidos e os candidatos a chefes e líderes estarão sempre presentes na forma encapotada ou de forma explícita nos partidos, ditos novos, mas que cheiram a naftalina, como o BE, o Podemos ou o Syriza. Um dia destes, o líder do Podemos, Pablo Iglesias, recordou-nos como estávamos errados os que pensávamos que é nas ruas que se forçam as mudanças sociais. Afinal, diz ele,

é no Parlamento, no Governo e nas Instituições. Disse ele: «Nosotros aprendimos en Madrid y Valencia que las cosas se cambian desde las instituciones, esa idiotez que decíamos cuando éramos de extrema izquierda de que las cosas se cambian en la calle y no en las instituciones es mentira».

Quando nos havíamos já esquecido do que significou a social-democracia na história do socialismo e do movimento operário europeu, com a conversão de dirigentes saídos do movimento operário em gestores do capitalismo, foi necessário os Partidos Verdes e o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, na sua inqualificável conciliação de classes e na sua gestão política da distribuição corrupta pelas elites políticas, o Syriza, com a sua apressada submissão às imposições das classes dominantes europeias ou o BE, com as suas modestas exigências de reformas, e um hiperactivismo legislativo, recordarem-nos que não há mudança dentro do Sistema, pois alguns, principalmente os que não têm memória, ainda se deixam sensibilizar com algumas bandeiras esvoaçantes ao vento e uns quantos slogans sonantes gritados nas ruas.

Esta ilusão tardia com o novo reformismo permite--nos até perguntar a alguns dos últimos moicanos que entraram no BE se valeu a pena mudarem as suas vidas, viverem clandestinamente, terem matado e visto os seus companheiros morrer, terem estado presos, para agora se sentarem numa sala a ouvir a retórica entediante de uns jovens sobre algumas reformas negociadas nos corredores de São Bento. Sinceramente, para isso, mais valia terem optado logo em 74 por irem para o PS ou PSD e hoje serem uns trabalhadores honrados, remediados, a viverem "habitualmente", como Salazar gostava de dizer. Poupavam-se ilusões e principalmente o sofrimento próprio e alheio. Estes, os ex-revolucionários do BE, que se juntaram a maoistas, trotskistas e jovens animados na sua falta de memória, também são, a seu modo, os últimos acomodados ao realismo e pragmatismo político. Pelo menos, os famosos trânsfugas da escola de Durão Barroso, e a longa cáfila maoista e trotskista, ficaram-se nas suas alegres juventudes por umas ameaças fanfarronadas, pedradas, assaltos a sedes partidárias ou tiros avulso que nunca chegaram a ameaçar seriamente os seus currículos, como se viu pelo caminho que percorreram.

Para quem, como eu, teve a sorte de conhecer velhos militantes comunistas e anarquistas, em diferentes países, que nunca deixaram de ser revolucionários anticapitalistas, não sou dos que acreditam que a rebeldia, a contestação e a insatisfação são sentimentos juvenis e que o projecto de mudar radicalmente as sociedades seja fruto da imaturidade. É sim um velho objectivo das classes e dos grupos dominados que vem evoluindo ao longo da história. Sou dos que pensam, para usar as palavras de Júlio Carrapato, que morreu recentemente como anarquista e homem livre, que «os anarquistas são corredores de fundo, para isso precisam de fôlego».

A idade pode retirar energia, até ilusões, burilar ideias, mas a sociedade em que vivemos não nos deixa esquecer que permanece actual o dilema "socialismo (libertário) ou barbárie", para usar um velho léxico, à falta de outro. Vivemos uma longa ressaca nestes tempos sombrios, mas a guerra social voltou a fazer parte do nosso quotidiano, impondo-se por isso, mais do que nunca, aos homens e mulheres livres assumirem esse trabalho de Sísifo pela mudança radical da sociedade.

O país a caminho do "progresso"

Luís Chambel

A propósito da Resolução Política de 10 de setembro da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda e do Comunicado do Comité Central do PCP, de 17 e 18 de setembro (atualizado pela Resolução Política do Comité Central eleito no XX Congresso). Ou a defesa do "progresso" da esquerda do capital. Ano 2016 da nova era.

Partido Comunista Português e Bloco de Esquerda são parte imprescindível da geringonça que conforma o apoio ao atual Governo. O seu ideário, bem patente nos mais recentes documentos apresentados aos Portugueses, não difere de forma significativa da vulgata adoradora do progresso e desenvolvimento proposta a eleitores salivados de esperança que os demais partidos concorrentes também propõem, o que aliás vem na senda do pior marxismo leninista para quem a eletricidade era meio caminho para o socialismo.

Dando mostras da sua responsabilidade de partido respeitável, o Bloco de Esquerda (BE) aprovou, a 10 de setembro último, uma resolução política que faz jus a estas suas preocupações democráticas.

Também o PCP, uma semana depois, aprovou um documento do seu Comité Central abordando em geral os mesmos temas tratados pelo Bloco, e em que assume o seu já bem conhecido alinhamento patriótico. O que se segue são alguns comentários a esses dois documentos e à mais recente Resolução Política do Comité Central do PCP eleita no XX Congresso realizado a 2, 3 e 4 de dezembro de 2016.

A Mesa Nacional do BE, no início da sua Resolução, aponta triunfalmente que «Portugal teve duas vitórias importantes no confronto europeu: o cancelamento da multa por incumprimento de limites de défice e a autorização para a recapitalização pública da Caixa Geral de Depósitos».

Ora aí estão duas vitórias que os proletários terão gosto em festejar enquanto não desfalecem nos corredores dos hospitais ou na bicha da sopa dos pobres. Viva Portugal!

A identificação do Bloco com esse "Portugal" acima das classes e o respeito pela ordem internacional tal qual ela é, será uma mera distração, um pequeno desvio dos seus atuais dirigentes, ou apenas a expressão fidedigna de um projeto de poder como qualquer outro?

Crescimento económico

Logo a seguir a mesma resolução prossegue apontando que «a suspensão de fundos estruturais faria baixar ainda mais o investimento, colocando em causa qualquer estratégia para o crescimento económico e para o emprego».

Isto é, o Bloco deposita as suas esperanças e põe os seus ovos no caminho do crescimento económico, deixando enfim aos trabalhadores a ânsia milagrosa de arranjar emprego nesta sociedade democrática em que, do mal o menos, ainda vivemos.

Responsavelmente, o partido adverte ainda que «diminuindo o PIB, essas sanções aumentariam o peso relativo da dívida e do défice do Estado, degradando precisamente os indicadores em que assentam os mecanismos de chantagem dos tratados europeus». Aumente-se pois o PIB, e não é essa já a demonstração da abundância que o capital sempre promete?

E mais à frente, os bloquistas, como se fossem carne da mesma carne do capital financeiro: «O Bloco empenha-se na defesa dos postos de trabalho e da presença da CGD junto das populações portuguesas e das comunidades no estrangeiro, na transparência dos processos de recapitalização e de reestruturação e na exigência de uma estratégia para a banca pública virada para o apoio aos setores produtivos da economia e à criação de emprego». Claro e coerente, o programa bloquista apoia por isso os "agentes económicos" mais dinâmicos. A extorsão da mais-valia, seja no meio fabril ou por vias travessas, através da especulação financeira, é qualquer coisa que nem por sombras aparece nas cogitações do Bloco.

Fogos florestais

A dita resolução aborda depois a questão dos fogos florestais, denunciando: «Este ano, até final de agosto de 2016, foram consumidos mais de 107 mil hectares de mato e floresta, e atingidas áreas de habitação, com particular gravidade no caso do Funchal. Nas duas últimas décadas foram destruídos pelo fogo 2,5 milhões de hectares de floresta, mas o eucalipto não para de aumentar a área de expansão, ultrapassou o pinheiro e ocupa já o primeiro lugar das espécies florestais plantadas. Passou de 241 mil hectares na década de 1970 para 740 mil hectares em 2006 e recentemente para cerca de 812 mil hectares». Lamentações que não compreendemos para quem tanto valoriza o PIB. Pois não é mais rentável plantar eucaliptal do que pinhal? E o sobral ou outras formas de manto vegetal autóctone, esse resquício de uma "economia atrasada", disso então nem é bom falar, que pertence a outro século.

O Bloco denuncia depois os negócios escuros com os incêndios, «a indústria dos fogos», sem se dar conta que isso "faz parte", e que o País cresce com esse dinamismo.

A escola pública

Segue depois a resolução na defesa da escola pública, apontando «a necessidade de um verdadeiro mecanismo de contratação e vinculação [dos seus trabalhadores e suas trabalhadoras]. A par da ação social escolar, da diminuição do número de alunos por turma e da gestão democrática das escolas», estas são «as prioridades do Bloco para uma melhor escola pública para todas e todos». Em que é que esta escola difere, em práticas pedagógicas, e em apoio à autonomia dos aprendizes, da escola dos tempos de Salazar – excetuada uma vaga "gestão democrática"? Mas isso está para além do mundo bloquista.

As eleições autárquicas

Debruça-se depois a resolução sobre as próximas eleições autárquicas. E claramente o partido afirma o seu desafio de descida até às massas: «Estas eleições são um enorme desafio organizativo para o Bloco. O contacto com as populações e a promoção de candidaturas do Bloco de Esquerda constituem uma prioridade». Que se contacte, então, essas populações que por aí andam...

A cena internacional e o Bloco

Depois o BE insurge-se contra as políticas xenófobas de alguma Europa, denuncia a autocracia da Turquia de Erdogan e o ataque constante aos curdos, critica a ineficiência da Venezuela de Nicolás Maduro e alguns dos seus mais gritantes processos repressivos e, finalmente, defende o Brasil de Dilma Rousseff, comentando que «o Estado de Direito Democrático está em causa no Brasil, pelo atropelo do Princípio da Separação de Poderes, das mais elementares garantias de processo penal e do Princípio Democrático».

Em todas estas declarações, isso sim, perpassa uma posição de Estado, esmaltada a verniz de esquerda, mas alheia à vida concreta das pessoas, violentadas e exploradas, desde a Turquia à Venezuela e desde esta ao Brasil.

A cena internacional e o PCP

Também o Comité Central do PCP, aprovou, a 16 e 17 de setembro, um comunicado em que abordava algumas das questões políticas atrás abordadas pelo Bloco, a começar pela situação internacional.

O comunicado do PCP aparenta, todavia, uma maior preocupação com a questão social, ao visar, no seu documento, «o agravamento da crise estrutural do capitalismo, a persistência da crise cíclica desencadeada em 2007/2008 nos EUA e novos e graves desenvolvimentos na ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo», além de se referir a «uma forte resistência dos trabalhadores e dos povos com lutas de grande importância e significado em todos os continentes». Mas tudo isto não passa de prosápia, como veremos.

O PCP aborda de seguida o pântano da política europeia e a «agressão imperialista à Síria», o que sendo verdadeiro, deixa de parte os crimes do próprio Estado sírio de Bashar al-Assad.

O Brasil de Rousseff ou a Venezuela de Maduro são também aqui defendidos, denunciando-se «o intervencionismo militar designadamente dos EUA, da França e da NATO em vários pontos do continente - da Líbia ao Corno de África, passando pela África Central», mas omitindo-se sempre a intervenção russa (herdeira da URSS) em vários pontos do globo.

O PCP denuncia também «as operações de desestabilização, nomeadamente em Angola, Moçambique e noutros países da África Austral, onde o imperialismo instrumentaliza legítimos anseios populares», mas curiosamente omitindo que o partido apoia os poderes que nesses países, da forma mais autocrática, procuram esmagar precisamente os tais "legítimos anseios populares", como no recente caso do grupo de jovens presos políticos em Angola.

Política patriótica

Debruça-se depois o PCP sobre a sua própria contribuição na "reposição de direitos e rendimentos" e em dar resposta a alguns problemas mais urgentes.

Denunciando a «escalada de pressões e chantagem» de uma certa Europa, o PCP aponta essa via eurocêntrica como mais um exemplo das «barreiras contra qualquer intenção de um mais decidido afrontamento de opções e políticas que têm sido responsáveis pelo rumo de declínio e retrocesso nacionais».

Fica aqui bem evidente uma visão que apoia, por isso, os sucessos "nacionais", uma política que não faz mais do que prolongar "a união patriótica dos portugueses honrados" que o PCP prossegue desde há muitas décadas.

A política "nacional" do PCP patente no documento, desemboca depois numa alusão à CGD que é *ipsis verbis* a do Bloco, de defesa da «recapitalização e desenvolvimento da Caixa Geral de Depósitos, [o que] corresponde a uma necessidade estratégica que não pode nem deve ser subestimada».

A miragem do turismo

O comunicado prossegue com a apresentação de algumas reivindicações tais como o aumento geral de salários, nomeadamente o salário mínimo nacional, o

aumento extraordinário de reformas e pensões, a gratuitidade dos manuais escolares no ensino obrigatório, pela tributação do grande capital e, mais uma vez, «em defesa da produção nacional, por uma política que promova e reforce o investimento público orientado para o crescimento e emprego, com políticas que defendam a agricultura, as pescas e a indústria; que promovam a base científica e tecnológica nacional; que orientem o turismo no sentido dos interesses nacionais e que garantam o acesso ao crédito e apoios públicos a milhares de micro, pequenas e médias empresas», todo um programa de classe abertamente alheio e oposto à revolução social.

Um partido dirigente

A luta social é também vista pelo PCP como instrumento da sua política, como se revela no comunicado ao referir: «É de grande importância o desenvolvimento da acção reivindicativa nas empresas e sectores».

E aborda depois os desafios eleitorais do partido, visando para a sua boa concretização, algumas estratégias, entre as quais se podem apontar «o recrutamento de novos militantes, designadamente operários, mulheres e jovens, com a sua integração e responsabilização», não se tratando aqui apenas de fetichismo obreirista, mas de explanação clara de um programa de subordinação de classe, sujeita à linhas gerais atrás expostas.

Do lado errado da História

Destaca-se ainda a aprovação de uma «Resolução sobre o Centenário da Revolução de Outubro, que se assinala em 2017», isto é, de apoio aos acontecimentos dramáticos que, de facto, puseram fim à grande Revolução Social Russa e que travaram sob a força das armas dos bolcheviques a expansão dos comités de fábrica que ameaçava a velha ordem social vigente.

O documento finaliza com uma declaração de apoio à «luta pela ruptura com a política de direita, pela política patriótica e de esquerda, pela democracia avançada, que coloque os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo socialismo e o comunismo», entre meias verdades, como a do apoio à "política patriótica" e chavões despidos de qualquer real significado, como a referência mais que gratuita ao comunismo.

O XX Congresso aprofunda...

A Resolução Política do ainda mais recente XX Congresso reafirmou esta postura de partido da esquerda do capital, como é bem visível na sua declaração sobre o crescimento económico: «(…) Nos países capitalistas mais desenvolvidos, a situação é de estagnação ou crescimento anémico. Indicadores macroeconómicos como o PIB, o investimento produtivo e o emprego, em geral ainda não recuperaram os níveis de 2008, apesar das tentativas para reanimar a economia (...)», parecendo legítimo considerar haver aqui, no mínimo, alguma simpatia por um crescimento mais bem sucedido.

O elogio da China

Um dos países em que a opressão do capital é mais extensa e a desigualdade social mais chocante, a China, é aqui, objeto de um declarado elogio: «O peso económico da China, e da sua participação na divisão internacional do trabalho, continua a representar um factor de primeiro plano no desenvolvimento mundial, sendo de assinalar o seu activo papel nas relações internacionais, como tem acontecido no quadro dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e noutros espaços de articulação, que contrariam os objectivos e as instituições dominadas pelos EUA e outras potências imperialistas».

Assim sendo não passam de letra morta ou flores de plástico a denúncia da «privação da resposta a necessidades mais básicas, a pobreza, a fome, a subnutrição, a negação do acesso a cuidados de saúde, o trabalho infantil, o trabalho escravo, o tráfico de seres humanos, o comércio de órgãos humanos, a exploração de seres humanos para fins sexuais», que «demonstram a natureza desumana e criminosa do capitalismo».

Defesa do marxismo-leninismo… real

O documento atribui depois aos méritos do "marxismo--leninismo" teses fundamentais «sobre as leis que regem o capitalismo na sua fase imperialista, pondo em evidência: a lei da baixa tendencial da taxa de lucro e a financeirização da economia».

Na defesa da opressão capitalista em sociedades que lhe são ideologicamente próximas, o PCP trata pois de acusar as lutas sociais aí desencadeadas de serem resultado de «acções de ingerência (…)». Essas ações «são, geralmente, desenvolvidas instrumentalizando factores de descontentamento e pervertendo genuínas manifestações de protesto popular», declarações que fazem lembrar os antigos recursos da propaganda fascista.

A defesa de um modelo de sociedade claramente referenciado é notório mais à frente: «Os países que afirmam como orientação e objectivo a construção de sociedades socialistas – China, República Popular Democrática da Coreia, Cuba, Laos e Vietname – constituem, na sua grande diversidade de situações quanto ao grau de desenvolvimento económico e social e modelos sócio-políticos, um importante factor de contenção aos objectivos

de domínio mundial do imperialismo». Ou ainda: «A conquista do poder pelo proletariado russo, sob a direcção do partido bolchevique encabeçado por Lénine, representa um gigantesco salto em frente no processo de libertação dos trabalhadores e dos povos que inaugura uma nova época na história da Humanidade, a época da passagem do capitalismo ao socialismo».

Este Lénine aqui endeusado é o mesmo que pôs fim às experiências libertadoras dos comités de fábrica na Rússia revolucionária, mas que antes tinha gritado: Todo o poder aos sovietes!, sovietes que se apressou a manietar, submetendo-os isso sim à ditadura do partido único.

Cumprimento dos compromissos

Reafirmada a "política patriótica", é também salientada uma preocupação análoga à dos empresários sobre as empresas relativamente à gestão dos sindicatos, com a defesa da «reestruturação administrativa e financeira para uma melhor utilização dos recursos e o cumprimento dos compromissos de cada sindicato com o movimento sindical. O controlo mensal da receita de quotização, do orçamento e da situação financeira». Preocupações empresariais que se entendem, tendo em conta tudo o que representam as estruturas administrativas dos sindicatos.

Sobre a concorrência

O documento passa depois às questões eleitorais, sendo no mínimo curioso o comentário precisamente a propósito do Bloco de Esquerda: «O BE, que continua a beneficiar de uma promoção e protecção mediáticas, cultiva uma agenda e um posicionamento assentes num verbalismo que não altera no essencial o seu carácter social-democratizante. Com uma acção determinada em muitos casos pelo preconceito contra o PCP, registam-se, contudo, em várias matérias zonas de convergência, nomeadamente no plano institucional».

Ora isto já não é de menos, ambos se respeitam neste tal "plano institucional" em que jogam à vez as suas cartas junto "das populações".

E a resolução Política do CC praticamente finaliza afirmando que o «PCP não negará esforços para assegurar um Portugal democrático, desenvolvido e soberano (...)», valores que claramente expressam um projeto de classe que aspira à gestão da economia nacionalizada, mas a quem revolve as entranhas pensar que possa haver projetos de poder popular horizontal de uma federação de comunidades autogeridas, isto é do socialismo a sério, que dispense as ditaduras.

Lutar contra o aniquilamento do papel das mulheres na história:

As mulheres curdas contra o Estado, o Patriarcado e o Capitalismo

Ceren Akyos

O meu primeiro encontro com uma mulher curda de idade avançada foi no minimercado perto da minha casa, num bairro de Istambul, não teria mais de dez anos. Esta mulher, com uma tatuagem que adornava o contorno dos lábios, sentada atrás da caixa, era diferente da minha avó não só pela sua forma de vestir e falar (que confirmou toda a minha percepção das 'mulheres do Oeste') mas também porque, curiosamente, eu não conseguia imaginar a minha avó a mandar na loja do meu avô. A minha avó era a chefe da casa, cuidava dos animais, mandava em tudo o que dizia respeito à família, mas fora de casa os papéis tradicionais de género condicionavam os seus comportamentos. Nessa altura, eu estava perante uma 'mulher do Oeste', uma 'mulher rural' e curda cuja presença no espaço público não coincidia com os padrões sociais sobre o papel da mulher que a sociedade impunha.

Anos depois, durante os anos 90, os meios de comunicação adicionaram uma outra imagem ao meu 'repertório' de mulheres curdas. Desta vez foram as mulheres jovens, na sua maioria terroristas suicidas que se sacrificaram pelo PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) – a "organização terrorista separatista" que queria destruir a "unidade indivisível do país e da nação" – lutando contra o Estado turco. Quase vinte anos depois, os meios de comunicação turcos não mudaram o seu discurso nem um pouco, no entanto tenho sido bombardeada com imagens de mulheres curdas, lutadoras heróicas e gloriosas enfrentando o ISIS, com tributos à sua batalha épica vindos dos meios de comunicação ocidentais aos quais nunca importou a luta de décadas das mulheres curdas. Na verdade, nenhuma destas imagens revela o que é que estas mulheres estão a combater e porquê. Mas bem, estas descrições comprovam apenas a representação orientalista e masculinista reflectida nos olhos de uma menina, o discurso do Estado que marginaliza a luta pela libertação curda como sendo terrorista, os

elogios exóticos dos media ocidentais que essencializam e simplificam uma batalha que vai muito mais além do que apenas mulheres a combaterem o ISIS. Por outro lado, estas narrativas manifestam projectos, instituições e processos masculinistas – Estado, nacionalismo, militarismo, etc. – nos quais os papéis identitários são escritos principalmente pelos homens, para os homens e sobre os homens, e as mulheres são definidas como actrizes secundárias cujos papéis assinalam ideias machistas sobre feminilidade e sobre o lugar apropriado para as mulheres na sociedade. Estas descrições, como era de esperar, não servem para revelar a luta de libertação das mulheres curdas contra o sistema patriarcal capitalista global e contra a mentalidade patriarcal que domina as suas próprias comunidades.

Na verdade, as mulheres curdas têm enfrentado uma dupla opressão e marginalização na Turquia desde a fundação da república: a primeira pela sua etnia e a segunda porque são mulheres. Em primeiro lugar, o processo de modernização que colocou a libertação das mulheres como base do progresso nacional, identificando modernização com ocidentalização, posicionou as mulheres curdas como símbolo de ignorância, obscurantismo, tradição e atraso, enquanto as mulheres turcas representariam emancipação, modernidade, civilização e progresso. Quando as reformas de modernização foram feitas com orientação para as mulheres urbanas, de classe média e raça dominante, as condições sociais, culturais e políticas das mulheres curdas foram tratadas como assuntos provenientes do subdesenvolvimento regional no oeste do país. Este enfoque menoriza o facto de a identidade das mulheres curdas ser constituída através de estruturas sociais, legais, económicas, religiosas e familiares, julgando-as segundo normas ocidentais em termos de atraso e descivilização, e reproduzindo a imagem de "mulheres do terceiro mundo". Em segundo lugar, o processo de "turquificação", paralelo à fundação do estado-nação turco, serviu como um mecanismo de obliteração, supressão e abolição da identidade étnica curda, e qualquer tipo de resistência curda foi acusada pelo Estado de ser "reaccionária, obscurantista e feudal". As imagens produzidas sobre a "mulher do terceiro mundo" puseram em marcha um discurso colonialista, definindo, codificando e vincando diferenças entre o primeiro e o terceiro mundo. A menorização das estruturas comunitárias tradicionais no processo construção do Estado também foi reproduzida pelas feministas turcas, que trataram as curdas com etiquetas de mulheres "orientais" e/ou "rurais" sem terem em conta as experiências delas. Dito de outra forma, a fundação do Estado e da ideologia nacionalista colocou as mulheres curdas fora das suas definições de mulher emancipada ou civilizada, enquanto as oprimia e marginalizava também pela etnia. Esta opressão fortaleceu a perspectiva que tratava as mulheres como vítimas das condições sociais, económicas e culturais e da violência machista, ignorando a realidade de que estas mulheres desenvolveram estratégias para ter acesso ao poder e a recursos dentro das suas próprias comunidades, e de negociar posições sociais resistindo aos patriarcados familiares, tribais e inclusive estatais.

Por tudo isto, a partir da década de 70, as mulheres curdas começaram a politizar-se cada vez mais dentro de grupos de esquerda que, ao longo dos anos, se estenderam a uma organização mais ampla dentro dos grupos feministas. É importante destacar que várias mulheres fizeram parte da fundação do PKK, que surgiu em 1978 como um grupo anti-imperialista e anti-colonialista, aspirando a libertar o povo curdo da opressão estatal, fundar uma sociedade socialista e estabelecer um Estado curdo. No entanto, tanto a esquerda turca como o movimento curdo deram primazia à revolução socialista acima da libertação das mulheres, submetendo a luta feminista a uma luta "mais ampla" contra o imperialismo. A experiência das mulheres nestas organizações foi, portanto, eclipsada pelas condutas patriarcais e machistas dos membros masculinos, que limitavam até a participação das mulheres às formas "masculinizadas" de fazer política.

Por outro lado, a crescente participação das mulheres no movimento alterou a equação, especialmente da década de 90 em diante, e deu lugar à formação de grupos autónomos para mulheres, começando com as unidades de guerrilha e avançando para sindicatos e partidos políticos. Estas unidades surgiam como reacção à desconsideração dos problemas das mulheres dentro dos discursos nacionalistas e socialistas. A primeira milícia feminina – Exército Livre das Mulheres – foi fundada em 1993, seguida por União das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK) em 1999, que passou a chamar-se Partido de Libertação das Mulheres do Curdistão (PAJK) em 2004, convertendo-se numa organização capaz de incorporar mulheres de quatro zonas diferentes – Turquia, Síria, Irão e Iraque – no processo do movimento de libertação curdo. Desde 2005, mulheres de várias organizações das quatro zonas e mulheres curdas que vivem no estrangeiro estão unidas sob uma organização guarda-chuva confederalista chamada Alto Conselho das Mulheres (KJB – Koma Jinen Bilind). A organização autónoma dentro de grupos exclusivamente para mulheres abriu um espaço onde elas puderam estabelecer uma consciência feminina e definir exigências em torno das questões de género. Além disso, conseguiram introduzir-se em âmbitos políticos, sociais e militares sem serem dominadas por homens, desafiando a definição da ordem colonial e o discurso nacionalista que situa a mulher como oprimida. Fazer parte da luta armada também

significou um desafio à dicotomia de género que as concepções de guerra e nacionalismo criam quando definem o Estado e o exército como instituições masculinas e protectoras enquanto as mulheres necessitam sempre de protecção. Neste sentido, ser uma mulher militar abana o cimento do status quo e esbate as fronteiras sociais que atribuem o acto de combater numa guerra a um papel masculino. Estas mulheres estão a mudar a acepção de que nacionalismos, revoluções e libertações surgem de uma memória masculinizada, humilhação masculinizada, esperança masculinizada. Por outro lado, na maioria das vezes, quando se alcança a "revolução" e se restabelece uma vida civil normal, os papéis de género costumam reaparecer. A luta das mulheres curdas deve entender-se, por um lado, como uma luta contra as estruturas sociais patriarcais que tendem a esquecer ou ignorar que estas mulheres não só lutaram pela libertação nacional mas também por uma auto-libertação como mulheres em estruturas sociais opressoras e hegemónicas e, por outro, como garantia da participação das mulheres que têm um papel-chave na luta pela liberdade em todos os aspectos da vida, inclusive depois da libertação e da revolução. Curiosamente, a organização autónoma das mulheres surgiu em simultâneo com a mudança geral do discurso político do Estado-nação turco, para uma maior compreensão das concepções intrinsecamente opressivas e hegemónicas de Estado e nacionalismo, advogando por um projecto libertário alternativo chamado confederalismo democrático, baseado na democracia radical e na autonomia regional para todos os grupos étnicos, culturais, linguísticos e religiosos. Hoje em dia, os exemplos concretos da consequência da luta das mulheres são: a aplicação do princípio da co-presidência, obrigando qualquer tipo de organização social ou política a ser representada por um homem e uma mulher; uma norma mínima de 40% que garante a presença de mulheres em organizações variadas, desde partidos políticos a assembleias de bairros; a formação de género obrigatória para mulheres e homens no exército e a formação de género como eixo central da educação; academias, cooperativas e conselhos só para mulheres a trabalhar sobre assuntos desde auto-defesa até economia, educação ou saúde; autonomia económica, política, social e psicológica tanto em Rojava (Curdistão sírio) como em Bakur (parte curda na Turquia). A discriminação baseada no género, os casamentos forçados e/ou casamentos infantis, a violência contra a mulher dentro e fora de casa, os crimes de honra, a poligamia e o dote (preço da noiva) são criminalizados. Muitas mulheres sírias, turcomanas, árabes, yezidis, arménias, circasianas, enfim, mulheres de todas as origens religiosas, étnicas e culturais que constituem Rojava também se juntam às fileiras das administrações e do exército, e são estimuladas a auto-organizar-se. Estes exemplos mostram como as mulheres estão a pôr em prática a luta pela sua libertação não só dentro do exército, mas em todos os âmbitos da vida social.

A libertação das mulheres também significa uma mobilização social e política massiva que requer um aumento de consciência na sociedade e uma revolução mental radical. Esta revolução está a ser aplicada dentro do exército através da teorização de Öcalan, o líder intelectual do movimento, seguindo a sua concepção de "matar o macho dominante", que significa desfazer-se de todas as expressões patriarcais de dominação interiorizadas tanto por mulheres como por homens.

Simultaneamente, estas mulheres estão a levar a cabo uma crítica sistémica radical para fortalecer a alternativa que o movimento curdo propõe, sendo a ciência das mulheres, Jineolojî, uma das ferramentas de grande alcance desta crítica. Jineolojî apresenta-se como um método e uma epistemologia produzida pelas mulheres e para as mulheres, com o fim de iluminar o que foi ocultado ao longo da história e voltar a escrever a história das mulheres. É dirigido como um método para construir um processo filosófico, teórico, ético e científico liberto das ciências eurocêntricas, masculinas dominantes e racistas, bem como para constituir um saber feminino que critica e questiona a produção do conhecimento científico. As mulheres propõem analisar-se a si mesmas através de métodos baseados na sua própria mente, inteligência e emoções. Jeneolojî aspira não só a fomentar debates teóricos, mas também a revelar as experiências e práticas das mulheres com o objectivo de criar uma consciência política directa e conceber soluções encontradas colectivamente.

Com uma forte história de resistência e de luta, as mulheres curdas estão a politizar as bases e a resistir a toda a ordem mundial, bem como a todas as formas de patriarcado, incluindo as da sua própria comunidade. E, por isso, somos testemunhas de uma mudança social na qual a libertação das mulheres e a igualdade de género se convertem numa questão da responsabilidade de toda a sociedade, porque se convertem em medidas de definição da ética e da liberdade da mesma. No entanto, as mulheres curdas não estão a lutar em nome das nações, dos Estados e das ordens políticas dominadas pelos homens. Pelo contrário, estão a lutar para criar os seus próprios termos de libertação, muito além de nacionalismos, poder e Estado.

Tradução: Leonor Figueiredo

Brasil eleições 2016: crise representativa e avanço liberal conservador ou algozes e vítimas do próprio mecanismo que criaram

*Heitor dos Rios**

Eleições: Estado e Capitalismo

O Estado não existe desde sempre como o conhecemos e as eleições têm um pouco mais que cem anos de existência e não se aplicam em todo o planeta.

Algumas cidades realizaram o segundo turno das eleições locais no Brasil. Pela segunda vez parte da população votante irá entregar todos seus direitos para que terceiros os governem. Os anarquistas sofrem, fazem piadas, realizam campanhas de voto nulo, que até uns quatro ou seis anos atrás eram feitas com panfletos de voto nulo e outras tantas frases feitas. Hoje, com um número maior de anarquistas e não anarquistas, toda a campanha é feita através de redes sociais as mais diversas.

A população total estimada para o país em 30/08/2016 era de 206.081.432 habitantes, a população de eleitores aptos a votar de 144.088.912; a diferença entre os dois números acima é o número total de não eleitores/não aptos a votar, 61.992.520. Extraindo do total de eleitores aptos a votar 35.000.000 abstenções, votos nulos e brancos nas eleições de 2016, somados estes à população de não eleitores/não aptos a votar, chegamos à soma de não votos entre a população de eleitores e não eleitores de 96.992.520. Então, apenas pouco mais que a metade da população do país, 109.088.912, participou das eleições com votos considerados "válidos" pelo Estado Nacional de Direito da democracia capitalista brasileira (Tribunal Superior Eleitoral) neste ano.

Estes dados confirmam que a democracia não é a expressão da vontade da maioria sobre a minoria. O que já seria algo excludente tendo em vista que na democracia contemporânea o objetivo é contemplar com "bem-estar" a totalidade das pessoas. Considerando os números expostos acima, em quaisquer das eleições locais ou gerais, a soma de qualquer dos candidatos não representa em termos absolutos a vontade da maioria. Explicamos isto olhando os números simples de votos válidos em absoluto, e tendo três candidatos concorrido a um cargo executivo de prefeito, governador ou presidente, apenas um seria o vencedor com

uma parte maior de votos que os dois outros concorrentes ao cargo. Ou seria eleito com cinquenta por cento mais um em segundo turno disputado apenas por dois dos três concorrentes. Dizendo diretamente: a soma dos votos em um candidato eleito, em primeiro ou segundo turno, nunca supera em parte ou no todo a soma de não eleitores/não aptos somada com não votos (votos nulos, brancos e abstenções) que em eleições para prefeito e governador chegam às vezes a ser superiores aos votos válidos, e em alguns Estados do Brasil, no caso de eleição ao cargo de presidente chegam a ser superiores ao primeiro colocado.

As elites capitalistas e políticas há mais de 100 anos no Brasil nos fazem crer que o Estado Nacional de Direito baseado no sistema eleitoral fundado no regime republicano constitucional dá voz e poder a todas as pessoas, independentemente de classe, etnia, raça, gênero, sexualidade. Como notamos em dados acima o voto é a expressão matemática mínima do indivíduo e a imposição de seu grupo sobre os demais. O voto serve exclusivamente para fazer que você, eu e nós entreguemos nossa fé e potência para alguém que fingirá fazer aquilo que apenas nós mesmos podemos fazer: cuidar de nossas vidas. Quando isso dá errado, uma nova eleição com novo candidato é chamada e o apelo à fé e esperança são invocadas novamente para depositar naquele que o explora e oprime. Não sendo suficientes os motivos acima apela-se ao medo. Apesar de tudo dito até aqui, aumentam os números de não eleitores aptos e não votos.

A esquerda e o avanço liberal conservador

Este ano de 2016 teve uma nova trama na farsa eleitoral. O silêncio da esquerda partidária e suas alianças espúrias. Primeiro a esquerda capitalista social-democrata do PT e PCdoB associada com a direita liberal e conservadora enganaram o povo trabalhador com o aumento do poder de consumo e enquanto reduziam, limitavam os direitos sociais, humanos, trabalhistas e permissivos com a destruição do meio ambiente e com ações cirúrgicas, matavam qualquer resistência e luta com leis e como: a lei antiterrorismo, a PEC 241 hoje PEC 55, transferência de demarcação de terras indígenas e quilombolas para a justiça, Reforma da Previdência. Não obstante, PT/PCdoB não realizaram as reformas que desejavam e foram retirados do poder por seu aliado PMDB através do "jogo" no Congresso Nacional associado com o Supremo Tribunal Federal e o grito anticorrupção nas ruas das grandes capitais protagonizadas pela direita, em alguns casos, até mesmo por fascistas.

A esquerda brasileira tem como sinônimo a vergonha e como epitáfio futuro a palavra traição. Especificamente contra os trabalhadores. Podemos dizer que atualmente no Brasil temos hoje uma direita envergonhada de ser fascista, uma esquerda envergonhada de ser de direita, autônomos envergonhados de serem anarquistas.

Hoje temos um ascenso de partidos de direita/ conservadores que contam com elementos fascistas em suas fileiras. O atual presidente montou um governo de direita à extrema direita no que tange aos direitos sociais, direitos humanos, direitos trabalhistas. Os sindicatos e as centrais sindicais no país têm estrutura para resistência e luta mas não têm a decisão política para tal. As bases de trabalhadores dos diversos ramos, em especial no serviço público federal como na educação e empresas públicas de bancos e petrolífera não confiam nas suas respectivas diretorias sindicais e menos ainda nas centrais sindicais como CUT, CTB, CGT, Intersindical, CSP, autoproclamadas de esquerda, mas apenas correia de transmissão de partidos também autoproclamados de esquerda.

Em tudo que pese os argumentos e dados apresentados anteriormente cabe dizer que o Estado, eleições, governo, hoje em dia estão absolutamente associados ao poder econômico. A escolha deste ou daquele a governar não passa mais pelo escrutínio da vontade da maioria.

Militância de rede: anarquismo

Anarquistas hoje são relativamente numerosos em algumas grandes cidades do país. Entretanto, pulverizados, desorganizados, longe do mundo do trabalho, cindidos entre a teoria e a prática, perdidos em um oceano de "bites" ou alucinados no limbo das redes sociais.

Houve pelo menos duas campanhas pelo voto nulo, voto branco e abstenções iniciadas e divulgadas por organizações anarquistas. Isto ocorre sobretudo porque no Brasil o voto é obrigatório. Entretanto, numa avaliação distanciada entendemos que o montante de votos não válidos que amedrontou o "*status quo*" não foi obra apenas de anarquistas. O que nos deixa atentos!

Poucas organizações e coletivos frágeis, desestruturados, isolados, trabalham fazendo o que podem para resistir e lutar. A ameaça estatal e a insegurança derivadas de legislação da ditadura militar encerrada em meados dos anos 1980, atravessada por teorias e verdades absolutas anárquicas, temperadas por intrigas constantes, são obstáculos a serem superados. Neste sentido a Iniciativa Federalista Anarquista (Fenikso Nigra, Coletivo Aurora Negra, Núcleo de Estudos Carlo Aldegueri e Liga Anarquista no Rio de Janeiro), composta hoje por quatro organizações/coletivos busca reunir forças e realizar trabalhos como o 3º Fórum Geral Anarquista a se realizar em Campinas – São Paulo, em 2017, instalando temporariamente um espaço-tempo de encontro da cultura libertária.

Por que sim!

Por fim! Embriaguemo-nos de lucidez para alcançar um instante de sobriedade. Nos dias atuais, com acesso à informação que nos mostra a corrupção cotidiana, a ineficácia do Estado, a exploração capitalista, porque no Brasil, América Latina, Europa, Oceania, Ásia, África a maior parte da população aceita o Estado e elege governantes que os exploram e oprimem?

Bebamos mais, até nos quedarmos desavergonhadamente como um bêbado em festa de família e então perguntemos aos nossos: são os anarquistas uma lenda improvável cantada por jovens sonhadores ou uma representação confortável e cômoda para covardes e cínicos? E como bom bêbado não deixemos de saudar as visitas. Estas que tudo bebem e comem como se não houvesse amanhã. Vós, povo trabalhador, até onde iriam por um prato de comida ou por um punhado de liberdade?

Ironias etílicas à parte, os fetiches de poder popular e/ou revolução social não estão no horizonte da pessoa ou do povo trabalhador de hoje. Mais que em qualquer outro tempo a resistência e a luta anarquistas são vitais. Talvez, agora, não para um novo mundo, mas talvez para uma outra humanidade.

A vivência da cultura libertária nos espaços, encontros, resistências, lutas necessita realizar-se, organizar-se e estruturar-se para no encontro entre o Eu e o Nós construirmos e vivermos o hoje cada vez mais livres.

(*) Liga Anarquista no Rio de Janeiro associada a Iniciativa Federalista Anarquista Brasil

Fontes:
Tribunal Superior Eleitoral:
http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016
IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/

Dados:

População Total: 206.081.432
População Eleitoral: 144.088.912
População votante em 2016: 109.088.912
População de não votantes: 61.992.520
Percentual de votantes: 61,91 %
Percentual de não votantes: 47,06 %
Percentual de não eleitores: 30,09 %

Observação: votos nulos, brancos e abstenções vencem em dez capitais, chegam em segundo em onze e ficam em terceiro lugar em outras cinco.

Liquidação do socialismo libertário em Cuba: fim de uma utopia?

Carlos M. Estefanía

«O anarquismo é hostil ao marxismo-leninismo. Enquanto o marxismo-leninismo representa a ideologia da classe operária, o anarquismo é uma ideologia pequeno-burguesa. Em alguns aspetos responde à ideologia do lumpen, contrária a toda autoridade, a toda a disciplina, a toda a organização, a toda a ordem... ».

Publicado no jornal "Today", um antigo órgão oficial do Partido Socialista Popular (comunista). Havana, 7 de junho de 1962.

«Somos anarquistas, ou seja, partidários da liberdade. E somos sindicalistas, ou seja, pela emancipação da classe trabalhadora de todos os seus opressores - sejam estes capitalistas, "comunistas" ou "fascistas". Somos revolucionários, isto é, por uma mudança profunda e fundamental na organização de toda a sociedade, com base em princípios de liberdade, igualdade, solidariedade e apoio mútuo. Não somos terroristas ou apoiantes da ordem autoritária, consideramos pelo contrário, o Estado e a sua organização hierárquica como o maior provocador de tanta desordem e de tanta injustiça».

Publicado em "Guángara Libertaria", revista dos anarquistas cubanos no exílio, Miami, verão de 1981.

O choque anarquista com o poder "revolucionário"

Já em 1959 os socialistas libertários alertavam os trabalhadores cubanos para não confiar em Fidel Castro pela sua falta de respeito pelos compromissos e porque "lutava apenas pelo poder". Da mesma forma, os anarquistas

de Cuba estiveram entre os primeiros a protestar quando o novo governo restabeleceu a pena de morte para delitos e crimes políticos. Sob o pretexto de uma depuração de colaboracionistas com o regime de Batista na Confederação de Trabalhadores de Cuba (CTC), "o governo revolucionário" impulsionou a purga de anarco-sindicalistas nos setores da alimentação, transportes, construção, eletricidade, etc.. As expulsões foram realizadas apesar do facto de muitos desses líderes terem sofrido a repressão do antigo regime. No fundo tratava-se de pôr a CTC nas mãos de dirigentes leais a Castro, muitos deles quadros formados nas fileiras do pró-soviético Partido Socialista Popular.

Os anarquistas aproveitaram os últimos estertores da liberdade de imprensa para expressar os seus pontos de vista sobre o que estava a acontecer. Agora, o discurso acrata, subversivo desde os tempos coloniais, tornava-se "reacionário" por obra e graça da inspiração autoritária da "Revolução". Enquanto puderam, publicações anarquistas como "Solidaridad Gastronomica" (setor da Alimentação) e "El Libertario", declararam a sua oposição contra todos os imperialismos, a sua condenação da propriedade privada como forma de escravidão, a sua exigência de que o socialismo deve ser livre, senão não é socialismo, que a terra e as indústrias deviam passar para as mãos dos trabalhadores através dos sindicatos e não através da mediação do Estado ou de um partido político.

Na sua mensagem de junho de 1959 ao movimento anarquista internacional, a Federação Libertária de Cuba advertiu contra a doutrina da centralização do Estado, o nacionalismo extremo, o jogo duplo da alta hierarquia católica (embora reconhecendo o heroísmo de muitos combatentes católicos anti-Batista) e o perigo contra-revolucionário que representava a infiltração de agentes do partido comunista. "Solidariedad Gastronómica" denunciaria particularmente o intelectual e velho político estalinista Juan Marinello, como um antigo amigo de Batista (para quem tinha trabalhado no Ministério da Educação), seguindo as ordens dos seus «senhores, os funcionários do partido comunista russo». Na sua edição de 20 de junho de 1959, "El Libertario" publicou duas notas críticas: uma contra as recém-criadas granjas estatais e outra contra aqueles que pregavam a necessidade de campos de tortura e de concentração para prisioneiros políticos da revolução. Na primeira os anarquistas reconheciam-se pioneiros do slogan "A terra a quem a trabalha". Recordavam que foram libertários como Niceto Pérez e Sabino Pupo, que iniciaram a luta em Cuba pela liberdade dos trabalhadores agrícolas e camponeses. O artigo expressava, entre outras coisas, a preocupação com a forma como foram implementadas novas leis agrícolas do governo, as quais manifestavam falta de confiança no campesinato, na sua criatividade e na sua iniciativa. Ao mesmo tempo assinalava-se a capacidade que teriam os pequenos agricultores para satisfazer as necessidades da produção agrícola, organizando-se a si mesmos em coletivos para a exploração intensiva da terra comum. Na segunda nota acusavam-se de ser "revolucionários pós-revolução" aqueles que pediam o estabelecimento de campos de concentração. Também se alertava para o perigo representado por este tipo de contra-revolução, capaz de tolerar campos de trabalho como os que caracterizaram os regimes de Hitler e Stalin.

A 25 de novembro, "El Libertario" arremeteria contra a militarização das crianças já observada nas ruas de Havana. Nesta cidade estavam a circular patrulhas juvenis uniformizadas, que recordavam mais os "Fascis Combatini" de Mussolini, ou os "Camisas Azules" sob o regime de Franco, do que os heróicos "Maquis" franceses. O artigo condenava uma futura militarização que deformaria o desenvolvimento do indivíduo como aconteceu na Alemanha do Kaiser e de Hitler, ou na França sob Pétain. A 19 de julho de 1960, "El Libertario" questionava a existência da liberdade de expressão no país. Neste caso tomava como exemplo o que tinha acontecido duas semanas antes. Acontece que os representantes em Cuba do sindicato libertário espanhol CNT tinham recebido uma missão do movimento clandestino em Espanha para desencadear uma campanha internacional de solidariedade com 99 anarco-sindicalistas presos, condenados a longas penas de prisão por Franco. Os membros da CNT enviaram denúncias a todos os jornais e estações de rádio em Havana com o pedido de que os apelos fossem publicados, mas isso não ocorreu. "El Libertario" acusava as estruturas de poder de discriminarem a mensagem anarquista e de se colocarem no mesmo nível de partidarismo e de reação política que os monopólios capitalistas. Tendo em conta este boicote, os jornalistas do "El Libertario" perguntavam: «Existe realmente liberdade de imprensa em Cuba?». De todos esses escritos, a gota que parece ter enchido de vez o copo da paciência das autoridades foi a "Declaração de Princípios" publicada em junho de 1960 (de que um dos autores foi Abelardo Iglesias). Nela, os membros da Associação Sindicalista Libertária condenavam todas as formas de Estado e consideravam que uma verdadeira revolução social teria lugar apenas se se substituísse essa entidade política e administrativa por «organismos de base revolucionários», «livres de ingerências autoritárias», como sindicatos, municípios livres, cooperativas agrícolas e industriais autónomas, etc.. O documento defendia que o conhecimento não podia estar exclusivamente nas mãos

base: fotografia de Alberto Korda

de minorias económicas, nem tampouco sob o controlo monopolista do Estado. Reivindicava-se também, como um direito inalienável dos pais, a educação moral, política e religiosa dos seus filhos, sem interferências eclesiásticas, partidárias ou estatais. Os autores declaravam oposição a todas as guerras e à educação militarista da juventude, à criação de exércitos profissionais e à organização de aparelhos militares para adolescentes e crianças.

Na sua declaração, os libertários cubanos pronunciavam-se contra todas as manifestações de imperialismo e a favor do internacionalismo revolucionário. Eles levantavam a necessidade de criar grandes confederações de povos livres, unidos por interesses comuns, a solidariedade e a ajuda mútua. Os signatários declaravam-se a favor de um pacifismo ativo e militante que rejeitava as subtilezas dialéticas de guerras "justas" e "injustas". E advogavam um «pacifismo que impusesse a cessação da corrida armamentista e a rejeição de todos os tipos de armas, especialmente as armas nucleares devastadoras». O documento defendia que uma centralização política e económica leva à criação dos Estados monstruosos, à guerra entre os povos e à exploração. Salientava-se igualmente que sem liberdade individual não poderia haver liberdade coletiva, considerando-se urgente garantir os direitos humanos, condenando a discriminação racial, a perseguição política, a intolerância religiosa, e exigindo liberdade e justiça para todos os homens, «mesmo para os inimigos da liberdade e da própria justiça». Finalmente, no oitavo parágrafo, intitulado "A revolução é tudo" - título que lembra o famoso documento "A Pátria é de todos" (*) - o grupo libertário reiterava a sua disponibilidade para apoiar a luta pela libertação completa do povo cubano, afirmando que a revolução não era de ninguém em particular, e que apoiaria as medidas que tendessem a resolver os problemas, mas também que lutaria incansavelmente contra as tendências autoritárias que borbulhavam dentro do processo revolucionário: «as velhas classes reacionárias que se batem desesperadamente para reconquistar os seus privilégios abolidos têm-nos defronte; as novas classes opressoras e exploradoras que despontam já no horizonte revolucionário também. Estamos com a justiça, o socialismo e a liberdade.

Nesta linha revolucionária, trabalhadores, camponeses, estudantes, homens e mulheres de Cuba estaremos até ao fim. Por estes princípios, defenderemos a liberdade e, se necessário, também a vida» [2]. (Pag.18)

O encerramento posterior de "El Libertario" e de "Solidaridad Gastronómica", bem como de outras publicações não controladas pelo governo, pôs fim ao breve período de "abertura" da revolução. A partir deste momento os

militantes anarquistas ver-se-ão obrigados a passar à clandestinidade ou à emigração. Segundo o boletim de julho-agosto de 1962 do Movimento Libertário Cubano no Exílio, por aqueles meses encontravam-se nas prisões cubanas os seguintes militantes acratas:

- Placido Mendez, antigo combatente contra a ditadura de Batista, e condutor das linhas de autocarro 16, 17 e 18. Tinha pertencido na clandestinidade às guerrilhas do Escambray. Por se opor às medidas totalitárias do novo regime e continuar a sua atividade sindical, tinha sido condenado a 12 anos de prisão e enviado para a prisão na Ilha de Pinos.

- Antonio Degas, membro da CNT, estabelecido em Cuba no final da guerra civil espanhola. Tinha conspirado contra Batista e continuou a fazê-lo contra o novo regime comunista. Encontrava-se preso na fortaleza de La Cabana.

- Luis M. Linsuain, filho de outro destacado revolucionário morto em Alicante, no final da guerra civil espanhola. Como secretário-geral do Sindicato da Alimentação e Restauração (Gastronómicos y Hoteles) tinha enfrentado a penetração estalinista dentro do movimento operário, ganhando o ódio dos comunistas em geral, e em particular de Raul Castro, com quem tinha discutido na Sierra Cristal durante a luta anti-Batista. Lisuaín levava um ano de prisão sem julgamento.

- Sandalio Torres. Jovem simpatizante do anarquismo, denunciado pelos Comités de Defesa da Revolução por "atividades contra-revolucionárias" acabou condenado a 10 anos de prisão. Foi torturado para forçá-lo a trair outros colegas de trabalho como "contra-revolucionários". Em quatro ocasiões foi conduzido perante o pelotão de fuzilamento e "salvo" apenas no momento em que se ia disparar.

- José Acena. Veterano libertário professor no Instituto de La Vibora. Lutador do 26 de julho contra Batista. Tinha criticado repetidamente o novo regime, e por isso foi condenado a 20 anos de prisão.

- Alberto Garcia. Tinha lutado também contra Batista no 26 de julho. Foi secretário do Sindicato da Saúde e opôs uma resistência intransigente às condutas autoritárias comunistas. Foi falsamente acusado de "atividades contra--revolucionárias" e condenado a 30 anos de prisão [1]. (Pág. 149-151)

Mas nem todos os anarquistas puderam ser presos. Tal foi o caso do lutador libertário Santiago Cobo y Cesar, formado nas ideias anarquistas desde os tempos do ditador Gerardo Machado. Mais tarde Cobo presenciou encontros clandestinos da organização revolucionária guiterista "Joven Cuba", que se realizaram na sua região natal Rancho Boyeros, em 1935. Aquando do golpe militar de Batista em 10 de março, Cobo esteve entre os opositores ao golpe que se reuniram na Universidade de Havana para lutar, intento esse frustrado pela recusa de Prio em apoiar qualquer tipo de violência. Com importantes responsabilidades sindicais dentro da Federação Nacional de Transportes, durante os tempos da ditadura de Batista, Cobo foi excluído da dita federação por funcionários do novo governo. Mais adiante o veterano anarquista passou à clandestinidade. Organizou uma rede clandestina em toda a Cuba, através dos transportes, para apoiar ações revolucionárias contra Fidel Castro. Finalmente, teve que deixar o país. Foi um dos fundadores da revista "Guángara Libertaria", no inverno de 1980. Morreu em março de 1992, deixando atrás uma vida totalmente dedicada ao ideal anarquista [12]. Outro cubano conhecido pelas ideias libertárias da sua juventude, que também morreu no exílio americano, em julho de 1999, foi o criador de Radio Reloj, Jorge C. Bourbakis [3]. (Pág. 10)

Libertários no exílio

Obrigados à expatriação (se é que se pode falar de "pátria" no caso destes universalistas por princípio), os anarquistas cubanos fundam, em 1961, o Movimento Libertário Cubano no Exílio (MLCE), nos Estados Unidos. Desde o primeiro boletim informativo da sua organização, começam a explicar a falta de informações verdadeiras sobre os acontecimentos em Cuba, mal de que sofriam vários ambientes libertários no mundo. Na emigração eles começam também a editar "El Gastronómico", publicação a que se sucedeu, nos anos oitenta, a revista "Guángara Libertaria" publicada durante treze anos e que sobreviveu 52 números:

«O legado, depois que desaparecemos, foi o de uma cidade mais tolerante e menos fascista, um exílio que compreende outros pontos de vista e a abertura política em relação a outros grupos, apesar de não compartilharem as nossas opiniões nem nós as deles - fazem logo existem - devido à brecha que um grupo de anarquistas com uma revista de 32 páginas lhes abriu num desterro felinesco» [14]. Durante a sua existência, a "Guángara" foi a única revista de persuasão libertária editada em espanhol que se publicou nos Estados Unidos.

Entre a incompreensão e a solidariedade

Os anarquistas cubanos, uma vez desterrados, enfrentaram a indiferença, o silêncio e até mesmo os ataques de amplos setores do anarquismo internacional

que preferiram dar o seu apoio "crítico" à "esquerda" autoritária estabelecida em Cuba. Entre os que, dentro do anarquismo internacional, acusaram os libertários cubanos de estar ao serviço da reação destacaram-se: a publicação "Adunata dei Refrattari" (italoamericana), a organização uruguaia FAU, a FAI e o seu jornal "Umanità Nuova" (de Itália), "Le Monde Libertaire" (periódico da Federação Anarquista de França) e o célebre rebelde do Maio 68 em Paris, Cohn Bendit. Este último acusou o MLCE de ser financiado pela CIA. Também houve organizações e libertários que estando convencidos de que aos seus camaradas cubanos lhes assistia a razão, não o declararam publicamente por causa da impopularidade do anticastrismo na esquerda.

Mas os libertários cubanos também encontraram aliados, por exemplo organizações como a Libertarian League, dos Estados Unidos, a Federação Anarquista do México, o Movimento Libertário do Brasil, a Federação Libertária Argentina e a CNT de Espanha. Especialmente valioso foi o apoio de vigorosas individualidades do movimento anarquista internacional, entre elas Jacobo Prince, Gaston Leval, Agustín Souchy e Sam Dolgoff [9]. (Pág.7)

Vejamos, a título de exemplo, as duas últimas figuras: Agustín Souchy era um veterano dentro do anarco-sindicalismo alemão que participou na guerra civil espanhola. Lá, ele apoiou o Gabinete de Informação da CNT. Souchy estudou a experiência espanhola no domínio da cooperativização agrícola e da socialização de propriedades na cidade. Com o triunfo de Franco, o libertário alemão foi forçado a exilar-se em França. Dali passou ao México. Souchy viajou muito pela América Latina e Israel, ganhando fama como investigador e especialista no tema da cooperativização. Em 1960 ele foi convidado pelo governo de Cuba, a fim de que escrevesse um texto apologético sobre a reforma agrária. A posição crítica de Augusto Souchy face ao observado em Cuba, fê-lo deixar o país [1]. (Pág. 93). A experiência de Souchy em Cuba foi divulgada pela revista libertária argentina "Reconstruir". Nela, ele denunciou as medidas ditatoriais que significavam a apreensão de jornais e a acelerada bolchevização do governo, assinalando que aqueles que não aceitavam as decisões de Castro eram afastados pelos comunistas. Souchy também demonstrou que foi o regime cubano a tornar tensas as relações com os EUA, embora Washington não estivesse [então] interessado em mais perturbações. As expropriações eram «de inspiração russa», afirmou Souchy, «elas não respondem às necessidades económicas do país ou à pressão da classe trabalhadora», pelo contrário, informou, havia trabalhadores em desacordo com elas, pois reduziam os seus salários, ganhos à custa de prolongadas lutas sindicais.

Souchy citou o exemplo da nacionalização dos grandes hotéis. Os salários eram, antes dessa medida, de 150 a 350 dólares por mês. Depois das expropriações ficaram-se pelos 200 dólares. Para Agustín Souchy as nacionalizações em Cuba não podiam comparar-se com as coletivizações na revolução espanhola dos anos 36 a 39. As nacionalizações cubanas eram meras "estatizações" [11]. (Pág. 66). Por seu lado Dolgoff, teve, entre outros méritos, o de colocar publicamente o tema cubano a debate com David Dellinger, editor de "Libération", que depois de um convite para ir a Havana em maio de 1964, ofereceu um relatório apologético da ditadura de Fidel Castro. Como autor do livro "The Cuban Revolution", Dolgoff disseminou por todo o mundo a verdadeira história do movimento libertário. A morte de Dolgoff, em 1990, significou para os anarquistas cubanos a perda de um grande aliado. "Guángara Libertaria" dedicou-lhe a contracapa do Vol.11, n.º 44, outono de 1990, donde extraímos a seguinte passagem:

«... Nós os cubanos devemos-lhe, no seu livro denúncia "A Revolução Cubana", um ataque sem precedentes contra o castrismo, o que lhe rendeu muitos inimigos, bem como uma posição conjunta a favor dos libertários cubanos nas suas horas mais amargas, caluniados naqueles anos, até pelos próprios anarquistas a nível internacional. Em Sam sempre encontrámos um companheiro e um amigo generoso que sempre soube defender-nos e que ajudou generosamente a nossa causa que era a da liberdade...».

Segundo nos referiu pessoalmente o historiador e libertário cubano Frank Fernández, houve também anarquistas suecos que apoiaram e reconheceram os seus irmãos cubanos no exílio, tal é o caso do reconhecido anarco-sindicalista Helmut Rüdinger e do académico Kristian Falk, professor catedrático do Departamento de História Económica da Universidade de Estocolmo [14].

As táticas e os tempos

As táticas de luta propostas e apoiadas pelos anarquistas mudaram segundo a evolução em Cuba, de acordo com um processo que eles consideram erradamente chamado "revolucionário". No início dos anos 60, o destacado ativista Abelardo Iglesias defendeu uma revolução armada contra o novo regime, sem compromissos com os Estados Unidos. No número seis do boletim de informação libertária, escrevia:

«Independentemente dos fatores internacionais em confronto, existe um conflito definido entre o povo cubano e governantes que chegaram ao poder com o seu apoio,

oferecendo um regime de mais liberdade política e mais justiça económica e que, na realidade, impuseram uma ditadura tão feroz e brutal como a anterior, se não mais» [10]. (Pág. 90-91)

Nesse mesmo boletim aponta-se: «Há que surpreender o adversário com golpes ousados, rápidos e fortes. E que subordinar a ação revolucionária do nosso povo às suas conveniências estratégicas no tabuleiro da "chamada guerra fria"».

Em maio do mesmo ano Iglesias afirmará:

«Nós não acreditamos que a tragédia cubana possa ser resolvida com aventuras militares do tipo da invasão da Baía dos Porcos. Nós acreditamos que o povo cubano deve recolher a lição dada pelos republicanos irlandeses, os judeus do exército clandestino, os patriotas cipriotas e os nacionalistas argelinos, criando um plano revolucionário que sintetize todas essas experiências numa adaptação realista quanto às condições impostas à luta clandestina pela dureza e brutalidade da ditadura comunista» [10]. (Pág. 92)

Passados mais de trinta anos daqueles postulados, sufocada praticamente toda a resistência armada contra o comunismo, emerge em Cuba um novo ator, uma sociedade civil não controlada pelo Estado, formada por sindicatos, jornalistas, cooperativas, bibliotecas e associações profissionais. Com tal cenário na ilha, efetuou-se nos Estados Unidos, em 1996, o Fórum "A luta justa e necessária", convocado pela Associação de Ex-Presos e Combatentes Políticos Cubanos. Neste evento, escutou-se, entre muitas outras, a voz anarquista. O Movimento Libertário no Exílio teve ali como representante Frank Fernández. No seu discurso constatamos a evolução tática e estratégica dos anarquistas cubanos:

«... Apesar da opinião de muitos equivocados, tão falsa como notória, de que o anarquismo é sinónimo de violência e desordem, não cremos, com toda a sinceridade, que a liberdade de Cuba tenha que atravessar um rio de sangue. Temos portanto, exposto em muitas ocasiões a nossa visão que sempre se inclinou para a solução de nossa tragédia através de negociações políticas entre os cubanos e que, é claro, inclua em primeiro plano a dissidência interna, perseguida e oprimida pelo regime, e para as quais nós estabelecemos um mínimo de condições a cumprir por todas as partes envolvidas nestas operações ...» [13]. (Pág. 89)

Em relação ao debate sobre o tema do "bloqueio a Cuba", a posição dos anarquistas, expressa por Fernández foi a seguinte:

«... A fim de alcançar os seus objetivos e garantir os seus investimentos, os líderes dos países envolvidos nesta manobra (dinheiro em primeiro lugar, as concessões mais tarde), exigem do governo dos EUA o levantamento do chamado "bloqueio económico" - semântica também de procedência havanesa - com a ideia de ajudar o Estado cubano a produzir primeiro uma série de mudanças económicas nas suas estruturas sociais, para mais adiante - se tudo correr bem - se fazerem alterações de tipo político, não nos dizendo nem onde nem quais. No que respeita ao chamado "bloqueio contra Cuba" - outro truque semântico, na realidade o embargo é contra o governo de Fidel Castro -, eu gostaria de lembrar àqueles que nos abordaram esperando ora uma solidariedade absoluta a favor do fim do dito "bloqueio" ora uma atitude manifesta a favor da sua continuação, o seguinte: que nunca sugerimos ao governo de Washington nada sobre isso e, portanto, não abriremos agora o precedente. Que ninguém nos consultou sobre a decisão de castigar o governo cubano com um embargo económico, e que não fomos indagados sobre se o embargo devia continuar, ampliar-se, reduzir-se ou

acabar. Enfim, que a decisão a tomou o império e não os anarquistas. De modo que são eles e não nós os responsáveis por essa política, com todas as consequências que isso implique para a história» [3]. (Pág. 89)

Esta neutralidade na questão do embargo, a não-identificação com a própria beligerância dos anos sessenta, e a aceitação da negociação política como solução, não significava que os libertários cubanos tivessem sido chamados ao engano sobre a situação prevalecente em Cuba. O delegado anarquista reconhecia no seu relatório que até agora o governo cubano oferecera apenas mudanças económicas "cosméticas e antipopulares", sem a menor concessão de ordem política, como tão pouco oferecia aos opositores um espaço para apresentar e desenvolver as suas ideias. «Pelo contrário. Persegue, intimida, ameaça ou aprisiona qualquer cubano que queira organizar-se politicamente». Com a disseminação por toda a Cuba de, por agora, pequenas e ilegais organizações civis independentes, aos anarquistas cubanos levanta-se um desafio: o de converter as redes que estas conformam em canais para revitalizar o ideário acrata e formar ativistas dentro da ilha. Serão capazes os libertários no exílio de romper o bloqueio duplo (externo e interno) que sofrem os sindicalistas, cooperativistas, bibliotecários, etc., independentes? Estarão preparados, ideológica e praticamente, para construir pontes para o movimento democrático em Cuba e criar nas suas atuais entranhas correntes de afinidade ideológica como as que já têm os liberais, social-democratas, democratas-cristãos e conservadores da diáspora cubana? Se assim for ainda haverá esperança para o renascimento em solo cubano da utopia libertária antes de cair o socialismo autoritário.

"La Patria es de Todos" encontra-se na internet:
www.cubanet.org/CNews/y97/jul97/07adoc1.htm.
Os seus autores: Vladimiro Roca, Félix Bonne, René Gómez e Marta Beatriz Roque, foram presos por enviar este documento ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba em julho de 1997.

Fontes e referências:

[1] Sam Dolgoff. "Den Kubanska Revolutionen - ur ett Kritisk Perspektiv". Tryckeri AB Federativ, Stockholm, 1982.
[2] Agrupación Sindicalista Libertaria. "Declaración de Principios". Havana, junho de 1960. Em "Guángara Libertaria". Verão de 1990, Vol. 11- Número 43, Pág. 16-18.
[3] León Gómez, "Resumen Cubano", dezembro de 1999, Miami.
[4] Paco Cabello. "A cien años de la independencia cubana...el Papa en Cuba". (II) CNT, Barcelona, março de 1998.
[5] Paco Cabello. "A cien años de la independencia cubana...el Papa en Cuba". (I) CNT, fevereiro de 1998.
[6] Paco Cabello. "A cien años de la independencia cubana...el Papa en Cuba". (III) CNT, abril de 1998.
[7] Alfredo Gómez. "Los anarquistas Cubanos o la Mala conciencia del Anarquismo". Em "Guángara Libertaria". Verão de 1981, Pág. 5-9.
[8] Abelardo Iglesias. "Apostillas Al Artículo de Alfredo Gómez". "Guángara Libertaria", outono de 1891, Pág. 6-7.
[9] Abelardo Iglesias. "Revolución y Dictadura en Cuba". "Reconstruir", 20 de outubro de 1962.
[10] Abelardo Iglesias. "Revolución y Dictadura en Cuba". "Reconstruir" (compilação de artigos, Argentina, 1963).
[11] August Souchy. "Testimonios sobre la Revolución Cubana", em "Reconstruir", Buenos Aires, dizembro de 1960. Buenos Aires, Argentina.
[12] Frank Fernández. "Homenaje a Santiago Cobo". Em "La Guángara Libertaria", inverno de 1992. Vol. 13- N.º 49. Pag. 4-17.
[13] Frank Fernández. Declaração publicada em "La Lucha Justa y necesaria." Outubro de 1996, Pág. 88-90.
[14] Frank Fernández, carta ao autor datada de 5 de dezembro de 1997.

A Criança e os seus Inimigos

Emma Goldman, 1906

A criança deve ser considerada como uma individualidade ou como um objecto a ser moldado segundo os caprichos e fantasias daqueles que a cuidam? Parece-me ser a pergunta mais importante a ser respondida pelos pais e educadores. E se a criança deve crescer a partir do interior, se toda essa determinada ânsia de expressão será autorizada a sair à luz do dia; ou se tem de ser moldada como a argila por forças externas, depende também da resposta adequada a esta pergunta vital.

O anseio do melhor e mais nobre dos nossos tempos fortalece as individualidades. Todo o ser sensível abomina a ideia de ser tratado como uma simples máquina ou como um mero papagaio do convencional e do respeitável. O ser humano anseia o reconhecimento do seu semelhante.

Devemos ter presente que é através da criança que o desenvolvimento do adulto deve passar e que as ideias presentes da sua educação ou do seu treino na escola e na família (mesmo na família liberal ou radical) são tais que sufocam o seu crescimento natural.

Qualquer instituição dos nossos tempos, a família, o Estado, os nossos códigos morais, vê em cada personalidade forte, bela e sem compromisso, um inimigo mortal; então faz todo o esforço para coagir a emoção e a originalidade do pensamento no indivíduo com um colete de forças desde a mais terna infância; ou para moldar todos os seres humanos de acordo com um padrão; não numa individualidade integral, mas num escravo paciente do trabalho, um autómato profissional, um cidadão que paga impostos ou um moralista justiceiro. Se, porém, nos depararmos com a espontaneidade real (que, já agora, é um traço raro) isso não se deve aos nossos métodos de criação ou de educação da criança: a personalidade afirma-se frequentemente a si própria, independentemente das barreiras oficiais ou familiares. Tal descoberta deve ser celebrada como um acontecimento inusitado, pois os obstáculos postos no caminho do crescimento e do desenvolvimento do carácter são tão numerosos, que devemos considerar um milagre se conserva a sua força e beleza e sobrevive aos diferentes intentos para incapacitar aquilo que lhe é mais essencial.

De facto, aquela que se libertou das cadeias da irreflexão e da estupidez do lugar-comum; aquela que pode amparar-se sem bengalas morais, sem a aprovação da opinião pública (Friedrich Nietzsche chamou-lhe a *preguiça privada*) pode certamente entoar um cântico alto e volumoso de independência e liberdade; obteve esse direito através de ferozes e ardentes batalhas. Estas batalhas começam já na mais delicada idade.

A criança evidencia as suas inclinações individuais nas suas brincadeiras, nas suas perguntas e nas suas associações com as pessoas e as coisas. Mas deve lutar contra a interferência externa perpétua no seu mundo de pensamentos e emoções. Não se deve expressar em harmonia com a sua natureza, com a sua personalidade crescente. Deve transformar-se em coisa, em objecto. As suas perguntas obtêm respostas estreitas, convencionais, ridículas, a maior parte baseadas em falsidades; e quando, com grandes, maravilhosos, inocentes olhos, deseja contemplar as maravilhas do mundo, quem a cuida fecha rapidamente as janelas e as portas e mantém a delicada planta humana num ambiente de estufa, onde não pode respirar nem crescer livremente.

Zola, no seu romance *Fecundidade*, afirma que muita gente declarou morte à criança, conspirou contra o nascimento da criança, – uma imagem verdadeiramente terrível. No entanto, a conspiração estabelecida pela civilização contra o crescimento e a formação do carácter parece-me de longe mais terrível e desastrosa devido à lenta e gradual destruição das suas qualidades e traços latentes e ao efeito estupidificante e incapacitante sobre o seu bem-estar social.

Já que todo o esforço na nossa vida educativa parece estar dirigido para fazer da criança um ser estranho a si próprio, deve necessariamente produzir indivíduos estranhos entre si e em perpétuo antagonismo uns com os outros.

O ideal do pedagogo comum não é formar um ser completo, íntegro, original; mas procurar que o resultado da sua arte pedagógica sejam autómatos de carne e osso para que se adequem melhor à esteira da sociedade e ao vazio e monotonia das nossas vidas. Todos os lares, escolas, colégios e universidades defendem/apoiam um utilitarismo seco e frio enchendo o cérebro dos seus pupilos com uma quantidade descomunal de ideias vindas das gerações antigas. “Factos e Dados”, como lhes chamam, constituem muita informação, a suficiente talvez para manter todas as formas de autoridade e para criar muito respeito pela importância da posse, mas são apenas um grande entrave para a compreensão real da alma humana e do seu lugar no mundo.

Verdades mortas e esquecidas há muito tempo, concepções do mundo e dos seus povos, cobertas de bolor, inclusive nos tempos dos nossos avós, são marteladas na cabeça das jovens gerações. A mudança eterna, a miríade das variações, a inovação contínua são a essência da vida. A pedagogia profissional nada sabe disso. Os sistemas educativos estão a ser ordenados em arquivos, classificados e numerados. Carecem da semente forte e fértil que, quando cai num solo rico, lhes permita crescer até grande altura. Estão desgastados e são incapazes de despertar a espontaneidade do carácter. Instrutores e professores, com almas mortas, operam com valores mortos. A quantidade é forçada a tomar o lugar da qualidade. As respectivas consequências são inevitáveis.

Olhe-se para onde se olhar, à procura ansiosa de seres humanos que não meçam as ideias e as emoções com a vara da conveniência, confrontamo-nos com produtos de instrução de rebanhos em vez de resultados de características individuais espontâneas e inatas a exercitarem-se em liberdade.

Nenhum rasto vejo agora
da vontade do espírito.
É instrução, nada mais.

Estas palavras de Fausto adequam-se perfeitamente aos nossos métodos pedagógicos. Tomemos, por exemplo, o ensino da história nas nossas escolas. Vejamos como

os eventos do mundo se transformam em espectáculos baratos de marionetas, onde se julga que uns poucos bonecreiros dirigiram o curso do desenvolvimento de toda a raça humana.

E a história da nossa própria nação! Não foi escolhida pela Providência para ser a nação líder da terra? E não olha de cima para as outras nações? Não é a jóia do oceano? Não é incomparavelmente virtuosa, ideal e valente? O resultado de tal ensinamento ridículo é um patriotismo insípido e superficial, cego às suas próprias limitações, com a teimosia de um touro, completamente incapaz de julgar as capacidades das outras nações. É assim que é castrado o espírito da juventude, sufocado através da sobrevalorização do próprio valor. Não é de surpreender que a opinião pública possa ser confeiçoada tão facilmente.

"Alimento pré-digerido" deveria estar inscrito em todas as salas de aprendizagem como aviso a todas as que não desejam perder a sua personalidade nem o seu sentido original de julgamento, ao invés de quem, no seu lugar, estaria feliz com uma grande quantidade de vazio superficial. Isto deve ser suficiente para reconhecer os múltiplos obstáculos postos no caminho do desenvolvimento mental independente da criança.

Também numerosas, e não menos importantes, são as dificuldades que a vida emocional dos jovens enfrenta. Não deveríamos supor que os pais deveriam estar unidos às crianças pelos mais ternos e delicados laços? Porém, por muito triste que seja, o certo é que os pais são os primeiros a destruir as riquezas internas dos seus filhos.

As Escrituras dizem-nos que Deus criou o Homem à sua semelhança, o que não foi, de forma alguma, um êxito. Os pais seguem o mau exemplo do seu amo celestial; fazem tudo para dar forma e moldar a criança de acordo com a sua imagem. Fixam-se teimosamente à ideia de que a criança é simplesmente parte deles próprios - uma ideia tão falsa quanto injuriosa - e que só aumenta a incompreensão da alma da criança e das consequências lógicas da escravidão e da subordinação.

Logo que os primeiros raios da consciência iluminam a mente e o coração da criança, esta começa instintivamente a comparar a sua própria personalidade com as de aqueles que a rodeiam. Quantos penhascos de pedra dura e fria encontrará o seu grande olhar curioso? é, bastante cedo, confrontada com a dolorosa realidade de que está aqui só para servir de matéria inanimada para os pais e guardiões cuja mera autoridade a molda e lhe dá forma.

A terrível luta da mulher e do homem pensantes contra as convenções políticas, sociais e morais deve a sua origem à família, onde a criança é sempre obrigada a lutar contra o uso interno e externo da força. Os imperativos categóricos: "tu tens de!", "tu deves!", "isto é certo!", "aquilo é errado!", "isto é verdade!", "aquilo é mentira!" caem como uma chuva violenta sobre a cabeça genuína do jovem ser e imprimem na sua sensibilidade que deve inclinar-se perante as longamente estabelecidas noções rígidas dos pensamentos e das emoções. Porém, as qualidades e instintos latentes procuram afirmar os seus próprios métodos peculiares de encontrar a base das coisas, de diferenciar entre o que é comummente chamado errado, verdadeiro ou falso.

Tem tendência a ir pelo seu próprio caminho, já que é composto pelos mesmos nervos, músculos e sangue, até de aqueles que presumem dirigir o seu destino. Não consigo compreender como os pais esperam que as suas crianças cresçam como espíritos independentes, auto-suficientes, quando fazem todo o esforço para abreviar e limitar as diversas actividades dos seus filhos, o "extra" de qualidade e carácter, que os diferencia e em virtude do qual são portadores equipados de revigorantes ideias novas. Uma árvore jovem e delicada que está a ser cortada e podada pelo jardineiro a fim de lhe dar uma forma artificial, nunca alcançará a majestosa altura e a beleza de quando é deixada crescer na natureza e liberdade.

Quando a criança atinge a adolescência depara-se, acrescentadas às restrições de família e da escola, com uma imensa quantidade de tradições rígidas da moral social. Os seus anseios de amor e sexo são confrontados com a ignorância absoluta da maioria dos pais, que os considera algo de indecente e impróprio, uma coisa vergonhosa, quase criminosa, a ser reprimida e combatida como uma doença terrível. O amor e os sentimentos ternos da jovem planta são transformados em vulgaridade e rudeza pela estupidez daqueles que a rodeiam, de maneira a que o delicado e belo são completamente esmagados ou escondidos nas profundidades mais íntimas, como um grande pecado que não ousa encarar a luz.

O que é mais espantoso é o facto de que os pais se privarão de tudo, sacrificarão tudo pelo bem-estar físico do seu filho, desvelar-se-ão nas noites e temerão agonizantes qualquer mal-estar físico do seu ente querido; mas permanecerão frios e indiferentes, sem a mínima compreensão dos anseios da alma e desejos do seu filho, sem ouvir nem querer ouvir a forte chamada do jovem

espírito que exige reconhecimento. Pelo contrário, sufocarão a bela voz da primavera, de uma nova vida de beleza e do esplendor do amor; irão pôr o dedo comprido e fino da autoridade sobre o seu terno pescoço e não permitirão respiro ao harmonioso canto do crescimento individual, da beleza da personalidade, da força do amor e da relação humana, que por si só fazem com que a vida valha a pena ser vivida.

E, no entanto, estes pais imaginam que querem o melhor para os seus filhos, e que eu saiba, alguns querem realmente; mas o seu melhor significa a morte absoluta e a decadência para o rebento em desenvolvimento. Afinal, estão apenas a imitar os seus próprios amos nos assuntos do Estado, comerciais, sociais e morais, reprimindo pela força qualquer tentativa independente de analisar os males da sociedade e todo o esforço sincero para os abolir; nunca capazes de compreender a eterna verdade de que qualquer método que empreguem serve como impulso para criar um maior anseio por liberdade e um fervor mais profundo para lutar por ela.

Essa compulsão está destinada a despertar resistência, como qualquer pai ou professor deveria saber. Há quem se surpreenda pelo facto de que a maior parte das crianças de pais radicais se opõe completamente às suas ideias, muitas delas seguindo os velhos e antiquados caminhos, ou que é indiferente aos novos pensamentos e ensinamentos de regeneração social. Todavia, não há nisso nada de estranho. Os pais radicais, ainda que emancipados da crença na propriedade da alma humana, agarram-se tenazmente à ideia que são os donos da criança e que têm o direito de exercer a sua autoridade sobre ela. Deste modo, dispõem-se a moldar e formar a criança de acordo com a sua própria concepção daquilo que é certo ou errado, impondo-lhe as suas ideias com a mesma veemência do pai católico clássico. E, tal como este, apresentam ao jovem a necessidade de "olhar para o que eu digo e não para o que eu faço". Mas a mente impressionável da criança percebe rapidamente que as vidas dos seus pais estão em contradição com as ideias que representam; que, como o bom cristão, que com fervor reza aos domingos mas continua a romper com os mandamentos o resto da semana, o pai radical acusa Deus, o clérigo, a igreja, o governo, a autoridade doméstica mas continua ajustando-se à condição que abomina. Ainda assim, o pai livre-pensador pode gabar-se orgulhosamente de que o seu filho de 4 anos reconhece o retrato de Thomas Paine ou Ingresoll, ou que sabe que a ideia de Deus é estúpida. Ou o pai social-democrata pode apontar para a sua menina de 6 anos e perguntar: "quem escreveu *O Capital*, querida?" - "Karl Marx, papá!" Ou a mãe anarquista pode tornar público que o nome da sua filha é Louise Michel, Sophia Perovskaya, ou que pode recitar os poemas revolucionários de Herwegh, Freiligrath, ou de Shelley, e que reconhecerá os rostos de Spencer, Bakunin ou Moses Harmon quase em qualquer lugar.

Isto não são de forma alguma exageros; são tristes factos que encontrei na minha experiência com pais radicais. Quais são os resultados de tais métodos de influenciação da mente? O que se segue é a consequência e nem por isso pouco frequente. A criança, alimentada por ideias unilaterais, estabelecidas e rígidas, rapidamente se cansa de processar as crenças dos seus pais e sai à procura de novas sensações, sem se importar quão inferior e superficial possa ser essa nova experiência. A mente humana não suporta a uniformidade nem a monotonia. Então acontece que essa criança, sobre-alimentada de Thomas Paine, cairá nos braços da igreja ou votará pelo imperialismo apenas para escapar ao tédio do determinismo económico e do socialismo científico. Ou que abrirá uma fábrica de blusas e se agarrará ao seu direito de acumular propriedade, apenas para encontrar alívio do antiquado comunismo do seu pai. Ou que a menina casará em seguida com o primeiro homem, desde que ele possa ganhar a vida, apenas para fugir da conversa perpétua sobre variedade.

Tais circunstâncias podem ser muito dolorosas para os pais que desejam que os seus filhos sigam o seu caminho. Contudo eu considero-as como forças psicológicas muito refrescantes e encorajadoras. São a maior garantia de que a mente independente, pelo menos, resistirá sempre a qualquer força externa e estranha exercida sobre o coração e a cabeça humana.

Alguns perguntarão, e as naturezas débeis, não devem ser protegidas? Sim, mas para se poder fazer isso será necessário perceber que a educação das crianças não é sinónimo de treino nem de instrução de rebanhos. Se a educação significa realmente alguma coisa, deve insistir no livre crescimento e desenvolvimento das forças e tendências inatas da criança. Só assim poderemos esperar pelo indivíduo livre e eventualmente também por uma comunidade livre, que deverá fazer com que as interferências e a coerção do crescimento humano sejam impossíveis.

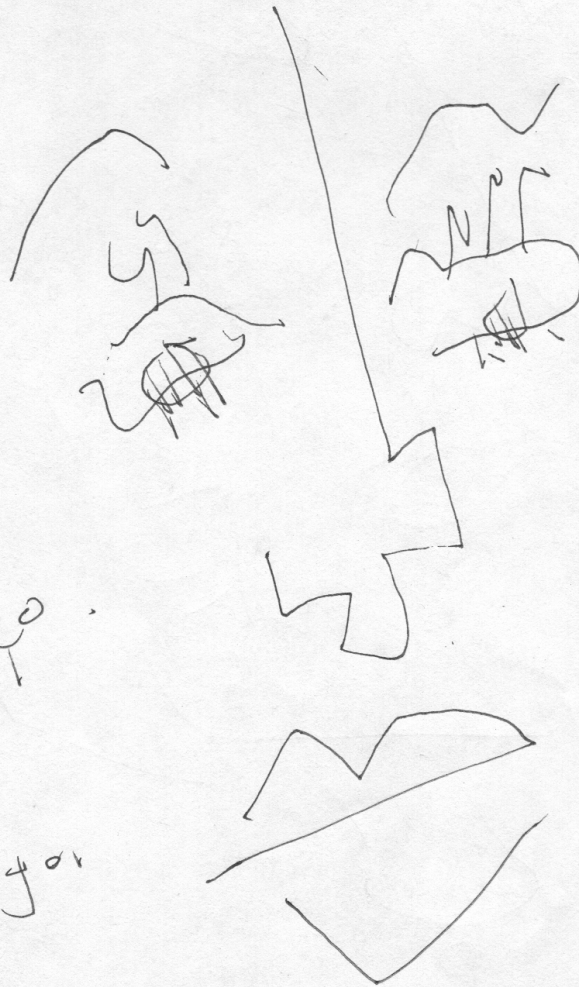
Tradução: GERA e companheiras

Marc Dugain e Christophe Labbé

L'Homme Nu

Olá

(oh não, outra vez

Cheguei um pouco tarde, espero não te ter acordado.

Bom serviço.

Beijo

desenho: *Ana Kennerly*

Excertos de "Google matou-me" [1]

Los Altos é um dos sítios mais ricos da Califórnia. Nesta cidade residencial, com largas avenidas plantadas de sequóias e damasqueiros, que domina a sede da Google sobre Mountain View, funciona uma escola não conectada. Três quartos dos seus alunos têm pais que trabalham para Hewlett-Packard, Apple, Yahoo e Google.

No coração de Silicon Valley, no feudo dos *big data*, as crianças escolarizadas na *Waldorf School of the Peninsula* (Escola Waldorf da Península) não são autorizadas a tocar num ecrã de *smartphone*, de iPad ou de computador antes do 8º ano. As cabeças pensantes do digital cuidam de proteger a sua progenitura do mundo que preparam para os filhos dos outros. Por exemplo, Evan Williams, co-fundador do Twitter, em vez de oferecer um iPad aos seus filhos, compra-lhes centenas de verdadeiros livros.

Em casa de Steve Jobs, o criador da Apple, durante o jantar familiar, o iPhone ou o iPad eram estritamente proibidos. «Cada noite, Steve insistia que a família jantasse junta na grande mesa da cozinha para falar de livros, de histórias e de todo o tipo de coisas. Nunca ninguém pegava no seu iPad ou no seu computador. As crianças não pareciam estar dependentes desses aparelhos», confidenciou o biógrafo do patrão da Apple ao *New York Times*.

Recentemente, pedopsiquiatras dedicaram-se a uma rubrica comum na imprensa pedindo para «afastar as crianças» dos *tablets*. Ao comparar as crianças conectadas com outras menos expostas, explicavam terem evidenciado uma série de consequências nefastas. Quando o *tablet* se torna a principal ferramenta de estímulos, enumeram que «aumenta os problemas da atenção», «atrasa a emergência da linguagem, entrava a construção do princípio de causalidade e das primeiras noções de tempo», «altera o desenvolvimento da motricidade fina e global», e «prejudica a socialização adaptada». Os estudos científicos mostram que a exposição maciça aos ecrãs gera incidências negativas maiores no desenvolvimento das funções cognitivas, confirma Michel Desmurget, director de pesquisa em neurociência no *Inserm*, o nosso instituto nacional da saúde e da investigação médica.

A inquietação dos investigadores não impediu Steve Jobs, empenhado na maior expansão do poder da Apple, de dar as consignas às suas equipas de *marketing*, pouco antes de morrer, de pressionar as escolas primárias para que os alunos tenham um iPad para aprender a ler sem passarem por livros em papel. Objectivo: utilizar a escola como ponte estratégica para os seus produtos e transformar os alunos em futuros consumidores, familiarizando-os o mais cedo possível com a ferramenta. Para se impor nos estabelecimentos escolares, diante dos outros produtores de *tablets*, por outro lado, a Apple suavizou as suas santíssimas regras de utilização que exigem a inserção da identificação cada vez que se quer adicionar conteúdo no iPad.

O mercado do livro digital é um filão fantástico, porque, depois de vender o *tablet*, ainda se pode fazer dinheiro. Com 170 milhões de iPad já escoados pelo mundo, a empresa assegura-se de uma bela renda, dado que debita uma dízima a cada obra descarregada. Em prémio, o tempo de leitura torna-se monetizável. (…) Na escolha dos livros e na forma de os ler, os *big data* recuperam informações preciosas, que depois são vendidas aos editores e aos anunciadores que procuram a melhor forma de atingir os consumidores. Em França, os dois principais *sites* digitais autofinanciam-se graças à recolha dos dados de leitura. Youboox, por exemplo, propõe aos editores um sitio dedicado no qual têm acesso ao perfil dos seus leitores.

Com o ebook, já não se trata de desmaterializar o livro, mas de «o aumentar», de «o enriquecer», de o tornar «dinâmico» pelas múltiplas ligações hipertextuais, passarelas para a rede que vão perturbar a leitura com sons, vídeos, apontamentos de toda a espécie. Os *big data* seguem um objectivo: prolongar o tempo de conexão, esse momento «frutífero». O leitor mergulhado no seu livro em papel é inatingível, não estando ligado à rede, não fornece nenhum dado, não tem qualquer interesse mercantil. «A última coisa que desejam os empreendedores da Net é encorajar a leitura lenta, ociosa, ou concentrada. O seu interesse económico é de encorajar a distração», denuncia o ensaísta americano Nicholas Carr, autor de *A Internet embrutece?* O leitor digital é o prolongamento do indivíduo hiperconectado que, tal uma abelha enlouquecida, entrega-se a um saltitar compulsivo, pulando constantemente de um assunto a outro.

O pensamento esfarela-se, a reflexão faz-se por espasmos. «Esta passagem incessante de uma conexão mental à sua desconexão, a superposição constante de registos múltiplos e heterogéneos, a dependência perpétua dos ecrãs, mensagens, solicitações de toda a natureza riscam de modificar profundamente as formas de pensar, mas também de sentir» adverte o filósofo Roger-Pol Droit. (…)

Tradução: Ana da Palma

---

[1] Tradução de «Google m'a tué» in **L'homme nu. La dictature invisible du mumérique** (2016) Paris: Plon/Robert Laffont (pp.99-110) de Marc Dugain et Christophe Labbé.

Educação Anarquista hoje: perspectivas e possibilidades

Paulo L.A. Marques

"O anarquismo não é uma coisa do futuro, mas sim do presente"

Gustav Landauer

Parafraseando Gustav Landauer podemos dizer que a *Educação Anarquista* não é uma coisa para o futuro, mas sim para o presente. Constitui-se como a única possibilidade de realização de um confronto direto com a velha educação institucional/escolarizada. Como uma recusa à lógica do Estado como provedor do conhecimento legítimo, a partir de experimentações de relações livres e anti-autoritárias no processo de construção e auto-criação de saberes livres.

A questão da Educação sempre esteve no centro da ação dos anarquistas. Para os libertários ela é parte fundamental da luta pela transformação individual e a revolução social que o movimento ácrata buscou construir historicamente. Sendo assim, sua proposta educacional foi fundamentada nas premissas dessa filosofia como a *ação direta, autogestão e o apoio mútuo*. Já nos precursores do anarquismo como o Iluminista William Godwin, ou Max Stirner, encontramos críticas à educação de sua época, assim como nas obras de Proudhon, Bakunin, Kropoktin, Réclus. Todos eles inauguravam as primeiras críticas ao modelo de educação estatal que se tornaria dominante e uma das principais instituições de suporte e reprodução da sociedade capitalista.

Mas os anarquistas não se restringiram apenas ao combate teórico, foram os primeiros a realizarem experiências concretas de uma *outra educação*. Também foram pioneiros em realizar inovações no campo pedagógico como a co-educação entre os sexos e classes sociais, educação integral; aprendizagem livre, o fim dos prêmios e castigos, produção de conhecimentos baseado na experimentação vinculada à natureza e às práticas laborais. Elementos que muito posteriormente serão absorvidos pelas modernas pedagogias dos séculos XX e XXI. São experiências emblemáticas que se tornaram paradigmas da Educação Anarquista, as Escolas Camponesas de Tolstói na Rússia, o Orfanato de *Cempuis* de Paul Robin (o primeiro pedagogo anarquista), a Escola Moderna de Francisco Ferrer e a Colmeia de Sébastien Faure, para citar as mais conhecidas.

Todavia, o que ficou de legado dessas ricas experiências anarquistas de educação? Será que estes são "Modelos" a serem seguidos pelos anarquistas ainda hoje? Em relação à primeira pergunta podemos afirmar que o legado mais significativo dessas experiências está na demonstração de que uma educação baseada nos princípios ácratas foi possível em conjunturas tão ou mais complexas e difíceis como a que vivemos hoje e que a ação direta e o apoio mútuo e a autogestão pedagógica tiveram enorme êxito como experimento educacional. No que tange à segunda questão podemos nos referir a Educação Anarquista como ao próprio anarquismo, ou seja, como movimento, está em permanente transformação. Nesse sentido, podemos dizer que a Educação Anarquista do século XXI será expressão do anarquismo desse tempo e não daqueles dos séculos passados.

Daniel Barret (2011) no seu livro "*Los sediciosos despertares de la Anarquía*", faz referência a uma *mudança de época* que vive o movimento anarquista na atualidade, cujas novas práticas e ações não mais se restringem às organizações específicas como o anarco-sindicalismo, mas abarcam um conjunto de iniciativas, atividades, grupos heterogêneos que podem ser identificados como novas expressões do anarquismo contemporâneo. São os *despertares da anarquia* que, segundo Barret (2011) constituem acontecimentos que se "*revuelve em una historicidad concreta y que sólo puede ser entendido como un campo renovado de oportunidades y desafios y nada*

más que como tal". Ele destaca ainda que mesmo que essa renovação no movimento anarquista se desenvolva em uma historicidade concreta que abre um campo renovado de oportunidades, ela fundamentalmente, mantém uma intransigente reafirmação da *crítica radical do poder* e uma irremovível *ética da liberdade*. Duas premissas do *ethos* libertário anarquista que, malgrado as transformações ocorridas, se mantém como fundamentos das práticas libertárias atuais.

Outro autor que traz uma reflexão importante sobre o anarquismo na contemporaneidade é Thomás Ibañez (2015) que destaca o que denomina de *ressurgimento do anarquismo no século XXI*. Ele aponta para o fato do anarquismo ser fundamentalmente um movimento, e como tal se desenvolver em permanente *devir*, ou seja, em constante transformação. Diz ele: "*Sim! O anarquismo está em movimento. Lançou-se numa dinâmica de renovação que o faz mover-se a um ritmo que não acontecia há muito tempo, o que significa, entre outras coisas, uma ampliação considerável de suas linhas e de seus temas de intervenção*".

Tanto Barret (2011) como Ibañez (2015) destacam que esse ressurgimento e despertar do anarquismo nas últimas duas décadas pode ser explicado pelo processo histórico que demonstrou a falência das promessas emancipatórias do século XX. Seja o chamado socialismo real ou o liberalismo realmente existente, ambos em nome da liberdade, da humanidade, aprofundaram as relações de dominação e opressão vigentes. Dentre essas promessas malogradas de emancipação, sem dúvida, encontraremos a educação estatal, obrigatória e de massas que, ao invés da formação de indivíduos livres e autônomos, cumpriu a função de adestramento e doma (Nietzsche) de sujeitos sujeitados (Foucault), preparados para a integração e aproveitamento pleno no sistema, ou seja, confirmou as críticas feitas pelos anarquistas já no Século XIX.

Concordamos com Ibañez (2015) quando destaca que o atual ressurgimento do anarquismo é portador de excelentes perspectivas para todas as práticas de resistência, subversão e rebeldia que enfrentam as imposições do sistema social vigente, ou seja, para ele "a expansão do anarquismo abre, efetivamente, a possibilidade de multiplicar-se e intensificar as lutas contra os dispositivos de dominação, colocar mais frequentemente em xeque-mate os atentados à dignidade e às condições de vida da população, subverter as relações sociais moldadas pela lógica mercantil, arrancar espaços para viver de outro modo, transformar as nossas subjetividades, diminuir as desigualdades sociais e ampliar o espaço aberto ao exercício das práticas de liberdade".

O autor também destaca que esse novo momento do anarquismo está marcado por reinvenções feitas por coletivos e pessoas que não necessariamente são oriundos

dos meios que se definem explicitamente como anarquistas, mas que, sem dúvida se identificam com sua filosofia ao realizar ações de autogestão, ação direta, cooperação, apoio mútuo com o objetivo de construir modos de vida livres, sem hierarquias, opressões, dominação e exploração de qualquer natureza.

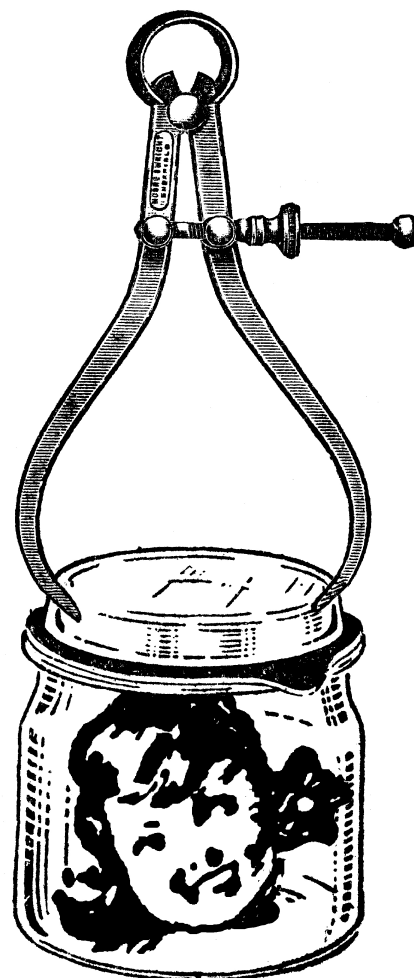
Essa reinvenção, segundo Ibañez (2015), demonstra a vitalidade do anarquismo e significa que não é uma mera reprodução do anarquismo existente anteriormente, pois incorpora aspectos inovadores. Dentre esses aspectos está o próprio conceito de *anarquia* que, para ele, significa muito mais um "*estado de coisas*", cuja característica definidora consistiria em "excluir a dominação e onde a diversidade e a singularidade poderiam manifestar-se livremente". Dessa forma, a anarquia pode ser considerada como um dos muitos modos possíveis de realidade. Assim, aponta Ibañez que "*certos aspectos da vida exigiriam encontrar-se em um estado de anarquia para poder existir*".

Essa caracterização dialoga também com o conceito de *anarquia em ação* de Colin Ward (2013) que sustenta a tese segundo qual a "*anarquia é uma ação prática não utópica*", na medida em que já existe em nossa realidade. O que fundamenta essa hipótese de Ward é a possibilidade de construir hoje *espaços de liberdade* mesmo que dentro de um marco social repressivo como é a sociedade moderna. Para ele, a autogestão, a horizontalidade, o apoio mútuo e a cooperação são perfeitamente realizáveis e se realizam na vida cotidiana. Isso, afirma o autor, é também a *anarquia*, ou seja, "*Anarquia em Ação*", definição que dá título ao seu livro mais conhecido de 1973 [1].

O *anarquismo pragmático* de Ward se caracteriza por um enfoque prático que se baseia em três ideias relacionadas entre si: i) *o pluralismo*; ii) o anarquismo como *parte integrante do presente*; e uma marcada iii) *preocupação pela resolução de problemas*. É assim que Ward, ao apontar como exemplos de *anarquismo em ação* as experimentações autogestionárias realizadas no presente cita as práticas de educação desescolarizadas.

Para Ward, o sentido último do anarquismo seria, fundamentalmente empurrar a sociedade para uma maior anarquia, em direção ao apoio mútuo e o cooperativismo e, por conseguinte, "*ampliar os espaços anarquistas no mundo real*". Por isso será constante em sua concepção de anarquia o interesse nas formas de ação direta: as reivindicações para a autogestão desde baixo, os movimentos para a desescolarização, os grupos de apoio mútuo terapêuticos, os movimentos de ocupação de moradias e *Okupas*, as cooperativas de produção e de consumo, os sindicatos autônomos, assim como as organizações comunitárias com suas atividades de auto-construção e projetos de comércio local.

Em aberta polêmica tanto com o estatismo próprio do pensamento comunista, como com parte do pensamento anarquista utópico, a opção de Ward (2013) se dirige a "libertar" o presente, o cotidiano. Daí que ele usa a metáfora acerca da anarquia como "*semente debaixo da neve, sepultada sob o peso do Estado e da burocracia, do capitalismo, do privilégio e de suas injustiças, do nacionalismo e de sua lealdade suicida, das religiões e de suas superstições*". Concordamos com Ward para quem a *Anarquia* não se refere a um estado perfeito de coisas em uma sociedade futura, senão ao método de organização social que corre paralelo ao mercado e aos métodos estatais, e que, como tal, já forma parte do funcionamento de nossa vida social. Em certa medida, afirma ele, nossas sociedades já solucionam problemas e se organizam para responder as necessidades utilizando a anarquia.

Dessa forma, podemos, a partir dessas contribuições teóricas sobre o anarquismo contemporâneo pensar em uma Educação Anarquista possível em espaços autônomos

[1] Essa obra de Kolin Ward foi reeditada em espanhol em 2013 pela editora Enclave de Libros de Madrid. Nesse livro o autor dedica um dos capítulos à análise crítica sobre a educação obrigatória apontando para a perspectiva da desescolarização.

como nas *Okupas Anarquistas, nas Bibliotecas, Livrarias ou Centros Culturais anarquistas* que compõe e expressam concretamente tanto o *despertar da anarquia* (Barret) como o *ressurgimento* (Ibañez) da *anarquia em ação* (Ward).

Caracterizado ainda como um espaço heterotópico de sociabilidade libertária no qual se vivenciam práticas de trocas de saberes e auto-formação que reinventam formas de vida em espaços ociosos através de práticas culturais--educacionais abertas a comunidade do seu entorno com a realização de oficinas, palestras, cursos livres, ciclos de cinema, debates, estes espaços rompem com as visões preconceituosas e distorcidas sobre as práticas anarquistas bem como apontam perspectivas para uma educação libertária no atual contexto histórico que vivemos.

Para isso podemos dizer que é possível e necessário, voltar o olhar para as condições de possibilidades de uma Educação Libertária e anárquica na atualidade, para um "outro da escola", uma educação não-institucional, uma "alteridade educativa" de que nos fala Pedro Garcia Olivo, nas atuais condições que são tão difíceis e complexas como no passado. Se no Século XIX e XX a Educação Estatal se consolidou como única forma possível de educação de massas, hoje, mesmo com a crise que vivem os sistemas de ensino, o discurso de que "Não há alternativa fora do Estado", precisa ser enfrentado fortemente, pois continua com enorme força até mesmo entre muitos educadores que se identificam com os princípios libertários. Todavia, novas práticas de aprendizagens auto-organizadas, libertárias e de perspectiva anárquica tem emergido à margem das instituições e são essas experimentações subversivas, insubordinadas que precisam ser fortalecidas.

Educação anarquista como o "outro da escola"

É importante destacar um elemento que caracteriza o pensamento anarquista em geral e o educacional em particular que é a sua pluralidade. Dessa forma encontraremos nas concepções educacionais dos libertários vertentes distintas que, partindo da mesma fundamentação crítica à educação controlada pelo Estado, apontam para propostas diversas.

Sobre essa questão, Pedro Garcia Olivo (2009) destaca a existência de duas variantes práticas dos anarquistas no campo da educação: a "*construtivista*", que é aquela que se propõe a construção, como contraponto à pedagogia tradicional, de uma "outra escola", que seria "inovadora", "democrática", "participativa" e "Libertária", ou seja, é a perspectiva que mantém a crença na forma "escola" como espaço privilegiado para a educação.

Já a segunda variante é a "*desescolarizadora*", que parte da crítica à instituição escolar como espaço único de educação. Defende que a única forma possível de realizar uma educação libertária seja em espaços não-institucionais. Defensor dessa perspectiva, Garcia Olivo destaca ainda que estas duas vertentes estiveram presentes historicamente nas práticas educacionais dos anarquistas e ainda orientam suas discussões e práticas até hoje. Segundo esse autor, "homens e mulheres anarquistas quebram a cabeça procurando desenhar uma Escola não opressiva, não-autoritária, não-domesticadora; e, ao mesmo tempo, outros homens e mulheres não menos anarquistas lutam por arrancar seus filhos das garras da Escola e provê-los de outra educação, seja pela família, na comunidade, numa coletividade educadora, seja promovendo processo de auto-educação.

A bastante tempo os anarquistas já diagnosticaram que a escola constitui-se historicamente como máquina disciplinar de engrenagens cuidadosamente articuladas; que se estrutura e funciona graças às suas coerções permanentes, aos seus treinamentos progressivos e à sua docilização automatizada. É o que reafirma Pedro Garcia Olivo (2009) em seus ensaios quando aponta que, em última instância, a escola como forma educativa é uma fórmula, criada na Europa no Século XIX, que serve para homogeneizar, assimilar e incorporar as populações ao aparato econômico e politico do Estado moderno capitalista.

Em contraponto a isso, que os espaços auto--gestionários de troca de saberes e auto-formação abertos, se constituem assim como possíveis "outros" da Escola, que é uma instituição que se fundamenta, segundo Ivan Illich, na lógica do "fechamento" dos saberes em um único espaço legitimado pelo poder, "fixo", "burocrático".

Na atualidade podemos afirmar que presenciamos um crescimento tanto das discussões como nas práticas de educação desescolarizadoras, sejam nos coletivos e grupos de pais que realizam experiências e iniciativas em comunidades de aprendizagem, grupos de estudos, oficinas, cursos livres, realizadas em espaços autônomos como bibliotecas libertárias, Centros de Cultura etc.. São essas experimentações que possibilitam pensar uma nova concepção e/ou conceito de educação desvinculado da escolarização e agora fundamentada numa perspectiva de educação livre. Cabe destacar ainda que ao contrário dessas práticas desescolarizadas que têm crescido nos últimos anos, são raras as experiências de instituições de ensino (escolas) com perspectiva anarquista em funcionamento na atualidade. Uma das que se identificam como "escola anarquista" é a Paideia, localizada na cidade de Mérida, Espanha.

Conforme afirmam Augusto e Passeti (2008) no seu livro "*Anarquismo & Educação*", não faz mais sentido falar de escola na atualidade, mas "voltar a falar de invenção de liberdade como possibilidade de lidar com o inédito". Ou seja, para esses autores "Numa sociedade de controle a céu aberto que não suporta resistências, que pretende

incluí-las de vez ou simplesmente eliminá-las pela convocação à participação democrática, os anarquistas em luta ensaiam outras existências. Suas ações diretas saíram da recusa, da substituição, da experimentação do reverso da ordem para outra ordem, da sociedade com Estado para a sociedade sem Estado".

O nosso olhar, portanto, se direciona assim para essas experiências coletivas urbanas que a partir de suas sociabilidades libertárias e igualitárias, podem ser caracterizadas pelo que Passetti e Augusto (2008) na esteira de Foucault, denominam de *heterotopias da invenção*, ou seja, um *locus* onde se constroem *vidas e relações* anárquicas que deixam de ser utópicas, de um "não lugar", para tornarem-se *heterotópicas* na produção de sentido de um "outro lugar". Hakim Bey chamou estes espaços de *Zonas Autônomas Temporárias*, mas poderíamos dar o nome de *Espaços de Vivências Libertárias* como são as Bibliotecas e Livrarias Libertárias, Centros Sociais e Culturais autogestionários; Grupos de Afinidades anarquistas entre outros dessa miríade de iniciativas e invenções coletivas anárquicas.

Estes espaços heterotópicos em sua experimentação/ /invenção, auto-criação ética e estética produzem vidas em *devir* em permanente transformação, possibilitam processos de troca de saberes, intercâmbio e partilha de conhecimentos. São essas experimentações de saber-fazer-ensaiar-criar que identificamos como *processos educativos anárquicos* em potencial, que de alguma forma tem afinidade com práticas vinculadas às formações sociais igualitárias de que fala Garcia Olivo em seus estudos sobre formas educacionais não institucionalizadas.

Seguindo Garcia Olivo (2009) pode-se afirmar que a partir da crítica à educação institucionalizada, é possível apontar algumas possibilidades de uma educação oposta à escolarização burocrática estatal, e que podem ter como referência a educação indígena comunitária, os processos de educação sem escola, a educação das comunidades rurais-marginais, e dos grupos autogestionários, baseado, sobretudo, na auto-educação e autodidatismo.

Concordamos com ele que seja a partir dessas formas auto-educacionais que podemos pensar em um processo de *auto-construção ética-estética de sujeitos para a luta*, que justificaria falar de uma Educação Libertária. Mas como seria na prática a realização dessa Educação Anarquista e Libertária? Podemos completar ainda este questionamento com as perguntas feitas pelo próprio Pedro Garcia Olivo: Esse "outro" da Escola, vinculado a formas culturais que nos provoca estranheza, é para nós verdadeiramente acessível? Podemos aspirar a "desentranhá-lo", a "conhecê-lo" e a "descrevê-lo"? Está ao alcance de nossas técnicas de exegeses, de nossa forma de racionalidade?"

Essas perguntas ganham importância na medida em que é possível verificar que mesmo que essas atividades de caráter cultural e educacional realizadas em diversos espaços anarquistas contemporâneos possam ser consideradas como processos de aprendizagem livres e, portanto, tenham caráter educacional, muitas vezes essas práticas sequer são reconhecidas por quem as realiza como processos educativos. Isso ocorre, principalmente pelo fato de que o conceito de Educação ainda permanece fortemente vinculado ao paradigma institucionalizado de ensino, controlado pelo Estado e legitimado por nós como o único e racional. É o que Ilich chama de "imaginação escolarizada" que faz com que "se confunda ensino com aprendizagem, obtenção de grau com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo" (Illich, 2007). O rompimento com esses mitos que reproduzem os paradigmas dominantes ainda é um desafio mesmo para quem, na prática, já realiza processos educacionais desescolarizados e à margem do sistema.

Talvez possamos começar a enfrentar essa questão retomando o problema fundamental que norteou as reflexões e práticas educacionais anarquistas, qual seja, que indivíduo queremos formar? E para quê queremos educar?

Educação para anarquia

...a "educação livre" se dá justamente ali onde acaba a Escola, começa só quando acaba a Escola...

Pedro Garcia Olivo

Assim como as ideias e perspectivas sobre o anarquismo são múltiplas o que leva a referir-se sobre ele sempre no plural, as discussões sobre o significado de uma educação anarquista/libertária não é diferente, sempre teremos diversas interpretações. Dessa forma, demarco aqui a minha perspectiva de Educação Libertária que vem ao encontro da definição de Klóvis Kassic (2004) para quem a principal característica da Educação Libertária é *educar para a singularidade*, ou seja, uma educação para o cultivo de indivíduos únicos e múltiplos ao mesmo tempo, que possibilite a emergência de espíritos livres, na acepção de Nietzsche, como aqueles que são a exceção, "filósofos do futuro" (Nietzsche). Uma singularidade que pressupõe a liberdade, e que só é possível em sua realização prática e cotidiana, isto é, vivendo em liberdade cada um é si mesmo (Kassick). Nesse sentido, corroboramos com essa caracterização, em linhas gerais, da Educação Anarquista/ /libertária como exercícios de autocriação *em* e *para* a liberdade na perspectiva de possibilitar a emergência de indivíduos singulares e livres em sua multiplicidade.

A partir das referências teóricas que partem de Godwin, Stirner, Proudhon, Bakunin, Nietzsche, Ferrer, Faure, Barret, Ibañez, Garcia Olivo desenvolvemos a

hipótese de que os *Espaços Heterotópicos de Invenção Libertárias*, como as *Okupas Anarquistas, Bibliotecas Libertárias, Livrarias Anarquistas, Centros de Cultura, Grupos de Estudos, Coletivos Anarquicos*, constituem-se hoje, como lugares possíveis de uma Educação Anarquista para a vida em anarquia, para o cultivo dos espíritos livres. Para *além da escola e/*ou como o seu contrário, um "*outro lugar*", ou "*outro da Escola*" que potencializa processos culturais educacionais livres e autogestionários "aqui e agora", e nos permite pensar a hipótese de possibilidade de uma educação enquanto ensaio/experimentação/vivência de liberdade e construção de singularidades.

A par disso podemos dizer que os libertários de hoje mantém o legado dos anarquistas do passado com seus projetos e experiências de educação libertária, sendo que a diferença está apenas nas formas. Se, no século passado os anarquistas construíam ateneus nos sindicatos, jornais, Escolas, hoje constroem novas possibilidades em espaços libertários com suas oficinas, bibliotecas, fanzines, revistas eletrônicas, Coletivos de Comunicação, grupos de estudo, páginas e blogs na internet. Mudam as ferramentas permanecem os objetivos.

É nesse sentido que sustentamos a hipótese de que ao mesmo tempo que esses espaços se convertem em espaços de *heterotopias da invenção*, ou "*locus*" de experimentações de vidas em criação e devir, coletivas e autogestionárias, inauguram uma nova forma de fazer/pensar a educação através das práticas e ações de auto-formação e trocas de saberes baseadas em relações horizontais que constroem uma ética e estética da amizade que tem na cooperação e no compartilhamento o ethos anárquico por excelência.

Saúde e anarkia

Pelotas, Brasil, 15 de dezembro de 2016

Este artigo é parte da pesquisa em desenvolvimento sobre Memória, teorias e práticas de Educação Libertária no Rio Grande do Sul, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Educação Libertária e Anarquista-GEPEL&A da Universidade Federal de Pelotas- UFPel.

Paulo L.A. Marques é Doutor em Sociologia pela Universidade de Granada na Espanha e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas- UFPel- RS, Brasil. Também coordena o Grupo de Pesquisa Educação Libertária e Anarquista.

Referências:

• AUGUSTO, Acácio e PASSETTI, Edson Anarquismos & Educação. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

• BARRET, Daniel. Los sediciosos despertares de la anarquía. Buenos Aires, Terramar Ediciones, 2011.

• BEY, Hakim. ZAT, Zonas Autônomas Temporárias.

• IBAÑEZ, Thomás. Anarquismo é movimento. Anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo. São Paulo, Intermezzo/Imaginário, 2015.

• ILLICH, Ivan. Sociedade Desescolarizada. Porto Alegre, Deriva, 2007.

• MARQUES, Paulo, RODRIGUES, Edson. Do Grupo Iconoclasta à Okupa 171. Cem anos de Cultura Educação Libertária em Pelotas. Trabalho apresentado na 3 Jornada de Pedagogia Libertária, Recife,2015. Disponível em: https://jornadapedagogialibertaria.wordpress.com

• NIETZSCHE, F. Aurora, Porto Alegre, LP&M, 2014

• NIETZSCHE, F. Aurora. Humano, demasiado humano, Companhia das Letras, São Paulo, 2005.

• OLIVO, Pedro Garcia. El enigma de la docilidade. Sobre la implicación de la escuela em el extermínio global de la disensión y de la diferencia. Barcelona, Virus Editorial, 2005.

• OLIVO, Pedro Garcia. El Educador Mercenario. Para una crítica radical de las escuelas de la democracia. Madrid, Asociación Cultural Brulot, 2009a.

• OLIVO, Pedro Garcia. La Bala y la escuela. Barcelona, Virus Editorial, 2009b.

• STIRNER, M. O falso princípio da nossa educação. São Paulo, Imaginário, 2004.

• WARD. Colin. Anarquía en acción. La práctica de la libertad. Madrid, Enclave de Libros, 2013.

O Banquete

O NÚMERO DE BANQUEIROS A GANHAR MAIS
DE UM MILHÃO DE EUROS POR ANO EM PORTUGAL
DUPLICOU ENTRE 2012 E 2015 E JÁ ULTRAPASSOU
O VALOR REGISTADO ANTES DA INTERVENÇÃO
DA TROIKA NO PAÍS.

É A ESTABILIZAÇÃO DO
SECTOR BANCÁRIO!

CALMA... AINDA FALTA FECHAR
UMAS DEZENAS DE BALCÕES E
ELIMINAR MAIS ALGUNS MILHARES
DE POSTOS DE TRABALHO...

Sobre "Anarquismo e Mudança Social" de Gaetano Manfredonia

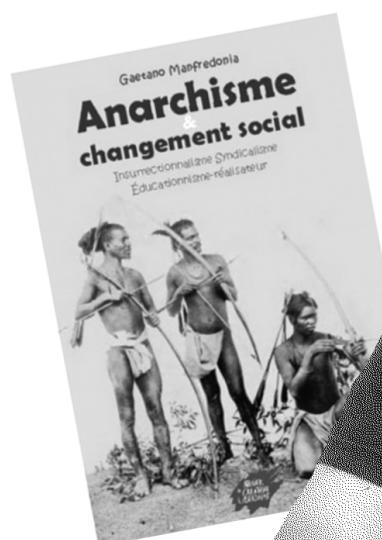
O que segue é um trecho de um trabalho maior, em fase de elaboração, dedicado a uma reflexão crítica sobre o livro de Michael Schmidt e Lucien van der Walt, *Black Flame* [1], com o qual eu tenho uma série de divergências profundas sobre o método. Black Flame certamente continuará a ser um livro de referência pela quantidade surpreendente de informações nele contidas. No entanto, os autores usam uma série de conceitos que considero altamente questionáveis – *Broad Anarchist Tradition* [2], por exemplo; eles também fazem amálgamas que são contrárias à realidade histórica (a ideia de que o sindicalismo seria uma "estratégia" do anarquismo). Estes são pontos que irei desenvolver em profundidade noutro trabalho dedicado especificamente a estes conceitos.

René Berthier

Acredito que a maneira como Black Flame aborda a história do movimento anarquista e a doutrina anarquista está equivocada. Mas neste texto não pretendo refutar as teses de Michael Schmidt e Lucien van der Walt; só quero mostrar que os dois autores sul-africanos valeram-se da leitura de um livro de Gaetano Manfredonia, *Anarchisme et changement social: Insurrectionalisme, syndicalisme, éducationnisme-réalisateur* [3], publicado dois anos antes. Este livro fornece soluções extremamente convincentes aos impasses metodológicos com os quais os dois autores estão comprometidos. Reconheço que a questão da língua é um problema real para a difusão de ideias, e o movimento anarquista é o primeiro a sofrer com esta deficiência. Um livro como Black Flame, que podia aspirar a tornar-se um livro de referência do movimento libertário para as gerações futuras é, infelizmente, afectado por uma grande desvantagem: seus autores reconhecem (página 26 do seu livro) que eles têm recorrido quase exclusivamente a fontes anglo-saxónicas!!! Uma tal limitação de fontes os priva das aquisições das obras de muitos autores que escreveram em francês durante os últimos vinte anos – para não mencionar as obras em Espanhol ou Português. Uma circunstância muito relevante.

Manfredonia é actualmente um dos historiadores do anarquismo mais famosos em França. Infelizmente ele publicou pouco, mas seus livros são sempre de uma clareza e precisão que fazem o deleite dos leitores. Seu livro torna obsoletas todas as tipologias com as quais, ainda hoje, tentamos encontrar uma coerência e estabelecer uma "classificação" inteligível nas muitas correntes que se reivindicam do anarquismo. O primeiro que falou de "síntese" foi Voline, quatro anos antes de Sébastien Faure. A "síntese" de Voline, que foi desenvolvida pela primeira vez em 1924 [4] foi uma das primeiras tentativas de "classificação", seguida de perto pela "plataforma" de Arshinov (1926) e a "síntese" de Sébastien Faure (1928). Mas se ambas "sínteses" referem-se aos conceitos do individualismo, do comunismo e do sindicalismo, elas realmente não têm nada em comum. Voline não baseou a sua (primeira) síntese sobre a coexistência de três correntes diferentes e separadas.

O texto que Voline escreveu em 1924, "Da síntese", é pouco conhecido, pois após a publicação da Plataforma Arshinov em 1926, Voline juntou-se a Sébastien Faure na sua oposição à Plataforma e colaborou com ele na escrita de outra "síntese" em 1928, cujo significado é totalmente diferente do texto de 1924. Dessa forma a primeira versão de Voline permaneceu oculta. Como Makhno e Arshinov, Voline estava ciente dos limites do movimento anarquista da época e queria mudá-lo. Voline, Makhno e Arshinov compartilhavam a mesma ideia inicial: a necessidade de unificar o movimento anarquista, que se encontrava dividido e parecia ineficaz. A diferença estava no método para realizar a unidade. Os "Plataformistas" consideravam que só o anarco-comunismo era o movimento anarquista. Para eles, o individualismo era uma ideologia burguesa e o anarco-sindicalismo não chegava a ser uma doutrina, era na verdade um simples método de ação. Voline afirma no

seu texto de 1924 que a unidade poderia ser conseguida através de um esforço de esclarecimento teórico envolvendo uma reflexão colectiva entre todas as tendências do movimento libertário. Em 1924, Voline não propunha colocar lado a lado as correntes sindicalista, comunista libertária e individualista. Tratava-se de definir as principais ideias do anarquismo: o princípio sindicalista como "método de revolução social", o princípio comunista como "organização básica da nova sociedade em formação" e o princípio individualista, isto é, "a emancipação total e felicidade do indivíduo é o verdadeiro objectivo da revolução social e da nova sociedade". Voline não contemplou o "anarquismo individualista" como uma corrente específica do movimento anarquista, mas a emancipação do indivíduo como objectivo da revolução social. Não é de todo a mesma coisa. Ao contrário de S. Faure, Voline não queria que os diferentes ramos do anarquismo vivessem lado a lado por um tempo indeterminado. Ele acreditava que depois de um debate, eles se fundiriam em algo diferente e superior – que é precisamente o significado de uma "síntese". Na síntese de Voline, havia algo dinâmico, as coisas tinham que mudar. Em contraste, quando Sébastien Faure publicou "La Synthèse anarchiste", em 1928, ele desenvolveu uma visão muito estática, defendendo a simples coexistência de diferentes correntes do anarquismo. É esta versão do "sintesismo", a de S. Faure, que prevaleceu, mas, estritamente falando, não é uma síntese. Enquanto a primeira síntese de Voline não é incompatível com o conteúdo da Plataforma, a síntese de S. Faure é absolu-tamente irreconciliável. Na realidade, não há nenhuma síntese na proposta de Faure: uma síntese, por definição, implicaria que os vários elementos que a compõem, através das suas interacções, formariam uma realidade nova. Este não é o caso em Faure. Na verdade, ele formulou pela primeira vez o anarquismo na coabitação de três correntes: individualista, comunista e sindicalista. Com Faure, a "síntese" é simplesmente composta de três componentes diferentes, sem interacção: a sobrevivência da "síntese" depende só da "coexistência pacífica" das suas componentes, e não em ultrapassar as suas contradições. Há uma certa ironia nessa história. Na verdade, houve em Paris em 1913 um importante congresso anarquista para criar (finalmente!) uma organização unificada nacionalmente. Neste congresso, Faure declarou firmemente que o individualismo era incompatível com o anarquismo e exigiu a expulsão dos individualistas do Congresso. Portanto, o mesmo S. Faure que expulsou os individualistas pela porta em 1913, reintroduziu-os pela janela quinze anos mais tarde, na sua "Síntese". Há uma explicação perfeitamente racional para essa aparente inconsistência. Na verdade, Sébastien Faure tinha tomado uma posição firme contra a guerra que eclodiu logo depois, e colaborou activamente com os individualistas,

que em geral tiveram uma atitude irrepreensível sobre esta questão. Se a síntese de Sébastien Faure pretende aproximar elementos dispersos do anarquismo, Arshinov e os co-autores da Plataforma tendem a dissociar do anarquismo os elementos que, segundo eles, não lhe pertencem. A tipologia introduzida pelo S. Faure respondeu a um espírito de conciliação no contexto polémico da época; não era realmente uma abordagem objectiva. Foi uma resposta à Plataforma de Makhno e Arshinov que queria restaurar o anarquismo a partir da experiência da Revolução Russa.

"Apesar das expectativas dos seus promotores, o debate da plataforma/síntese não contribuiu para a realização da unidade do movimento, mas aumentou ainda mais a confusão nas fileiras libertárias e, portanto, em última análise, impediu a revisão necessária das posições anarquistas tradicionais, como a situação o exigia." [5]

Manfredonia acrescenta que esquecemos que estavam envolvidas apenas duas opções, entre outras. Como um resultado deste esquecimento, o debate tinha congelado, causando uma ruptura no movimento anarquista francês, uma "crise que nunca foi realmente superada ainda hoje e cuja confusão organizacional e ideológica da Federação Anarquista, uma espécie de monstro híbrido meio-sintesista meio-plataformista, é o exemplo mais marcante" [6]. Lembro que Manfredonia foi muito tempo uma figura proeminente da Federação Anarquista... "Em França o debate tinha diminuído na década de 1990. René Berthier ou Gaetano Manfredonia propuseram abordagens desapaixonadas à

questão [7]. Na verdade, a muito sintesista Federação Anarquista (FA) encontra-se afastada do catecismo de Sébastien Faure. A União de Trabalhadores Comunistas Libertários (UTCL), constituída em 1976, por sua vez, tinha rapidamente evoluído para uma superação da Plataforma que reteve mais o espírito do que a letra – a Alternativa Libertária está nesta continuidade [8].” No entanto, após a publicação da Plataforma de Arshinov em 1926, à qual Voline se opõe, ele abandona sua visão original de uma síntese “dinâmica”, e participa, com Sébastien Faure, para desenvolver uma síntese estática, que continuará a ser conhecida hoje. A “Plataforma de Arshinov” tenta encontrar uma coerência no anarquismo ao refutar a qualificação anarquista a algumas correntes ou a certas sensibilidades: uma atitude que também é encontrada em Black Flame. Para Michael Schmidt e Lucien van der Walt, o anarquismo é constituído através de duas correntes: o insurreccionalismo e o anarquismo de massas. Os autores reconhecem que a primeira é extremamente minoritária. O anarquismo de massa representa a maior parte do movimento libertário; infelizmente, a definição dada a esta corrente é extremamente vaga e imprecisa, e encoraja confusões. Os autores de Black Flame não reconhecem que o individualismo é uma corrente anarquista, embora muitos insurreccionalistas se chamassem individualistas e vice-versa: individualismo e insurreccionalismo são duas correntes muito intimamente ligadas. Assumindo que o insurreccionalismo é uma corrente do anarquismo, não há nenhuma razão para recusar esta qualificação ao individualismo. A abordagem de Manfredonia supera essa contradição. Ele oferece tipologias que não são rígidas e que também evitam todas as confusões geradas pelo conceito de “Broad Anarchist Tradition” ao qual recorre Black Flame, permitindo categorizações muito mais precisas. Baseando-se na “sociologia compreensiva” de Weber, Manfredonia considera que é necessário “romper com as interpretações usuais do anarquismo, todas as que enfatizam a história das ideias ou dos movimentos”; e propõe concentrar-se resolutamente no estudo das práticas militantes. Com base neste método, define três “tipos ideais” de activismo libertário: o tipo insurreccional, o tipo sindicalista e o tipo educacionista-realizador. Esta nova tipologia é muito mais relevante do que a “grelha de leitura” que foi definida pelo Faure em 1928 na síntese anarquista, e que foi a origem de muitos *clichés*... ainda que nenhum historiador sério tenha usado esta categorização. Para reforço de sua tese, Manfredonia observou que muitos insurreccionalistas eram também educadores e sustentavam que as massas deviam ser educadas. Assim, nós não pertencemos a uma categoria fixa e imutável; podemos pertencer a várias categorias em graus variáveis de acordo com o tempo e as circunstâncias. O livro de Manfredonia oferece uma leitura que supera o antagonismo Plataforma/Síntese: ele não congela as várias formas de anarquismo em “caixas” rígidas. Insurreccionalismo, sindicalismo ou educacionismo--realizador não são tipos que se opõem, mas tipos que podem suceder-se um ao outro cronologicamente ou que podem coexistir em combinações variadas, dependendo das necessidades e do contexto político e social. Ainda segundo ele, o movimento anarquista francês antes de 1914 teria experimentado uma fase insurreccionalista inicial (1878-1886), uma reorientação “sindicalista” em 1888, um breve retorno ao insurreccionalismo com os ataques de 1892-1894, em seguida, a instalação final na visão sindicalista, pontuada por breves surtos de insurgência quando os conflitos sociais fossem prementes. Nesta sucessão, é o mesmo movimento libertário que adoptou atitudes diferentes (“estratégias”), diriam Michael Schmidt e Lucien van der Walt) adaptadas às circunstâncias e para as necessidades do momento. A passagem por essas fases não teria impedido a permanência à margem, de uma corrente educador-realizador em que se pode incluir os individualistas, os cooperativistas e vários humanistas relutantes à ideia de revolução e ligados a uma visão “gradualista” de transformação social. Mas encerrar o anarquismo em duas gavetas ou três não muda o facto de que ele foi cristalizado em categorias que na verdade não traduzem a realidade necessariamente flutuante e complexa.

• A síntese de Faure não foi baseada em qualquer coisa objectiva, foi baseada em considerações de ordem táctica, num momento em que era necessário, disse ele, bloquear a plataforma de Arshinov.

• O ponto de vista da Black Flame limita artificialmente o movimento libertário em duas correntes, uma numericamente insignificante, cujo único registo é ter feito acções espectaculares, cujo recorde em termos de emancipação é discutível; a outra corrente (o “anarquismo de massa”) é artificialmente insuflado através da atribuição abusiva da qualidade anarquista a correntes ou indivíduos que não a reclamam, ou que a rejeitam, ou através de amálgamas que não iluminam a história do movimento libertário, mas que, ao invés criam confusão.

Manfredonia descreve “tipos ideais” que aparecem e se combinam em proporções variáveis, dependendo das circunstâncias e necessidades: o resultado é que o antagonismo entre sintesismo e plataformismo é ultrapassado. Portanto, pontes podem se formar entre um e outro tipo, conforme necessário, com nenhuma petrificação num compartimento selado. E sem que qualquer um desses tipos possa reivindicar representar o anarquismo. Esta abordagem revela uma consistência onde parecia haver alguma inconsistência. Vemos que nos "tipos ideais" de Manfredonia, o individualismo não é mencionado, ainda que este autor seja um especialista em anarquismo individualista, de que fez uma tese de doutoramento! Os três "tipos

ideais" descritos por Manfredonia, e suas diferentes variações e combinações, são de algum modo as diferentes estratégias possíveis do anarquismo adaptadas às circunstâncias que as tornam necessárias. Portanto, não estamos presos em compartimentos onde cada qual afirma que só a insurreição, só o sindicalismo ou só a educação pode alcançar a emancipação: a estratégia adoptada pelo movimento anarquista pode referir-se, dependendo das circunstâncias, a um ou mais destes ideais-tipos e em graus variados. A questão do individualismo, de que alguns autores desafiam a adesão ao anarquismo, mas de que não se pode negar a existência, historicamente falando, é de alguma forma "resolvida" pelo seu "rebaixamento" em tipo "educador", em que aparece como elemento marginal. Schmidt-van der Walt poderia aceitar a tipologia de Manfredonia, mas não o seu argumento de que o anarquismo remonta a 1830-1850, com Godwin, entre outros. Sobre este ponto, estou de acordo com Schmidt-van der Walt, Godwin não pode ser descrito como um anarquista, estritamente falando. Mas como Manfredonia, eu acho que não pode ser descartada de uma séria reflexão sobre a génese do anarquismo: a qualidade de precursor poderia ser um bom compromisso. Manfredonia disse que o conceito de anarquismo "deve ser considerado como incluindo realidades muito mais amplas que as manifestações dos movimentos anarquistas definindo-se como tal." Mas ele acrescenta que "fazer coincidir o nascimento do anarquismo como uma corrente política e social em si, com a formação de uma doutrina ou um movimento anarquista "específico" imediatamente depois da Comuna – como foi o caso até agora entre a maioria dos historiadores e activistas – é dar uma definição extremamente redutora desta corrente ". Os autores da Black Flame limitam o anarquismo na forma que adquiriu com o surgimento do movimento operário: o anarquismo é uma doutrina e um movimento especificamente proletário. Enquanto Michael Schmidt e Lucien van der Walt tendem a abordar a definição do anarquismo com uma visão restritiva, excluindo número de autores e correntes tradicionalmente ligados a esta corrente, Manfredonia tem uma visão abrangente: disse que o conceito de anarquismo "deve ser considerado como englobando realidades muito mais amplas que as manifestações de movimentos anarquistas que se definem como tal." Portanto, temos duas abordagens totalmente diferentes. Não partilho a abordagem inclusiva de Manfredonia: eu acho que o anarquismo continua a ser uma doutrina política e social que implementa uma prática colectiva, o que exclui "personalidades libertárias" que Manfredonia considera "interessantes", mas cujo único defeito foi de "afirmar que as mudanças desejadas para alcançar uma sociedade anarquista poderiam ser conseguidas, apelando para os melhores interesses dos indivíduos sem a necessidade nem de converter anteriormente as massas para as ideias libertárias, nem de organizar os anarquistas em partido para empurrar o povo à revolução". De um ponto de vista, concordo, portanto, com Michael Schmidt e Lucien van der Walt, enquanto não compartilho sua maneira um pouco rígida de considerar o anarquismo como uma teoria unicamente "proletária". Na verdade, as diferentes abordagens para considerar a mudança social não podem, como diz Manfredonia, "ser explicadas sem constantemente fazer referência aos modelos ou práticas que se afirmam ao mesmo tempo dentro dos movimentos sociais que levantam voo após o episódio da Revolução Francesa e da afirmação do capitalismo industrial".

Assim Manfredonia levanta a questão dos movimentos precursores do anarquismo e dos pensadores que foram pioneiros – uma questão que não é abordada em *Black Flame*.

Referindo-se às principais figuras do movimento anarquista antes da Comuna, Manfredonia sustenta que: "as suas propostas só podem ser entendidas em relação às perguntas, tentativas, fracassos e esperanças que agitam ao mesmo tempo os movimentos sociais de seu tempo." Não haveria, conforme Manfredonia, uma corrente sistematicamente pelas soluções violentas e uma corrente sistematicamente pelas soluções gradualistas. As soluções insurreccionais crescem quando uma perspectiva de curto prazo aparece; em seguida, desaparecem em favor de soluções gradualistas quando unicamente soluções a longo prazo parecem possíveis. Estas são as diferentes opções que são necessárias em diferentes contextos. O tipo ideal sindical, por exemplo, contém uma boa dose de visão insurreccional, a greve geral é percebida, desde o início do movimento operário, como o equivalente da revolução social [9]. A partir desta perspectiva, a questão já não se coloca em termos de oposição sistemática entre diferentes estratégias do movimento, mas em termos de capacidade de redireccionar uma estratégia para outra, dependendo do contexto. Na realidade as coisas obviamente não ocorrem desta maneira: a maioria dos activistas adoptam uma estratégia e não estão dispostos a mudar: os insurreccionalistas permanecem insurreccionalistas, os gradualistas permanecem gradualistas, etc. Esta é provavelmente uma das causas da fraqueza do movimento libertário hoje.

A greve geral *é a revolução social*. Mas o sindicalismo também cai dentro do tipo ideal educacionista: a partir da Associação Internacional dos Trabalhadores e depois com o movimento sindicalista revolucionário, o sindicato é um grupo chamado a ser a base da reorganização da sociedade. É inegável que Fernand Pelloutier era um educador da classe trabalhadora, bem como um organizador. Além dos pressupostos metodológicos que nos permitem entender melhor o movimento libertário, Manfredonia oferece-nos, em conclusão, alguns elementos – infelizmente, demasiado curtos – que se dedicam a uma reflexão sobre o futuro do movimento. Lembra-nos Reclus, que disse que as revoluções

foram o resultado de longos períodos de evolução e transformação das mentes [10]. Mas ele concluiu o seu discurso eminentemente gradualista com um apelo para a revolução: "Então, os grandes dias estão diante de nós. A mudança foi feita, a revolução não tardará."

Manfredonia teria podido citar a carta que Bakunin escreveu para Reclus pouco antes de sua morte: "actualmente a revolução voltou para a cama", disse ele, "nós caímos no período de evolução, isto é, nas revoluções subterrâneas, invisíveis e muitas vezes insensíveis". Bakunin não se tornou de repente "reformista" ou gradualista: ele simplesmente reconhece que a história tem ciclos e que o período que segue a derrota da França pela Prússia e o esmagamento da Comuna de Paris é um ciclo de retirada. Mas ele também disse que chegámos a um tempo em que os recursos, agora disponíveis para o Estado impedir uma revolução, são desproporcionais em relação àqueles que o proletariado lhe pode opor. Manfredonia está, portanto, correcto ao dizer na sua conclusão que "em geral, todos os activistas tendem a subestimar as capacidades de resistência do Estado ou da burguesia." O autor do *Anarchisme et changement social* conclui com a observação de que o fracasso das visões insurreccionalistas e sindicalistas de mudança social em todo o século 20 não causou "o declínio irreversível do anarquismo." A sobrevivência do anarquismo, disse ele, vem da "multiplicidade de práticas libertárias" que permitiram a esta corrente de "enfrentar os novos desafios colocados pela transformação das condições políticas e sociais nos países industrializados, sem perder a sua identidade". A reserva que gostaria de formular com a conclusão do livro de Gaetano Manfredonia é que o autor parece tomar como certo que a solução gradualista unicamente permanece operacional hoje. É verdade que a constatação do facto de que "a erosão de uma consciência de classe autónoma entre os trabalhadores" pode sugerir que esta opção gradualista é o único que restou no movimento libertário. Mas, precisamente, parece que o papel do movimento libertário é combater esta erosão, é recuperar o terreno perdido na consciência de classe do proletariado. Sabemos que não se pode deflagrar uma revolução em modo voluntarista: ela surge, simplesmente. O desenvolvimento massivo do que Manfredonia chamava as "práticas libertárias" poderia ser uma vantagem incontestável, no entanto, o maior ou menor grau de preparação de uma organização revolucionária e sua maior ou menor inserção nas lutas sociais pode fazer a diferença entre sucesso e fracasso.

Gaetano Manfredonia – *Nascido em 1957, em Foggia, é historiador italiano do movimento operário e libertária na Itália e França. Titular de um doutorado em história contemporânea com uma tese de pós-graduação intitulado "O individualismo anarquista na França, 1880-1914", sob a direção de Raoul Girardet (1984) e outra tese, também sob a direção de Girardet, intitulada "Estudos sobre o movimento anarquista na França", Gaetano Manfredonia é o autor de vários artigos científicos e livros sobre a história das correntes libertárias em Itália e França. Após a tese pioneira sobre Jean Maitron "O movimento anarquista na França", Manfredonia renova a historiografia do movimento anarquista francês em particular cooperando no trabalho coletivo "História da esquerda", ou por seu livro "Anarquismo e mudança social". Neste último trabalho, depois de propor uma nova tipologie de anarquia, ele empreendeu uma releitura da história do movimento anarquista.*

Obras • Libres! Toujours...: Anthologie de la chanson et de la poésie anarchistes du XIXe siècle, Lyon, Atelier de création libertaire, 2011, 181 p. • Anarchisme et changement social: Insurrectionnalisme, syndicalisme, éducationnisme-réalisateur, Lyon, Atelier de création libertaire, 2007, 347 p. • L'Anarchisme en Europe, Paris, Presses universitaires de France, 2001, 127 p. • La chanson anarchiste en France des origines à 1914: "Dansons la Ravachole!", Paris, Éditions L'Harmattan, 1997, 445 p. • La lutte humaine: Luigi Fabbri, le mouvement anarchiste italien et la lutte contre le fascisme, Éditions du Monde libertaire, 1994, (ISBN 2-903013-26-8). • Avec Frank Mintz, René Berthier, Maurizio Antonioli, Jean-Christophe Angaut, Philippe Pelletier, Philippe Corcuff, Actualité de Bakounine 1814-2014, Éditions du Monde libertaire, 2014, (ISBN 9782915514568). • Histoire mondiale de l'anarchie, Éditions Textuel & Arte éditions, 2014, notice éditeur. • Aurélie Marcireau, L'histoire mondiale de l'Anarchie, LCP, 15 octobre 2014. Articles • "Le débat plate-forme ou synthèse", in Voline, Itinéraire: une vie, une pensée, n° 13, 1996, 88 pages. • "De l'usage de la chanson politique: la production anarchiste d'avant 1914", Cités, 3/2004, n°19, p. 43-53.

(Quero agradecer a Ana da Palma [Portugal] e Alexandre Samis [Brasil] para a revisão do texto e pelas sugestões que fizeram.)

---

[1] AK Press, 2009.
[2) "Ampla tradição anarquista"
[3] Editions Atelier de création libertaire, 2007. ("Anarquismo e Mudança Social: insurgência, sindicalismo, educacionismo-realizador").
[4] Voline, "De la Synthèse", La Revue Anarchiste, Mars-Mai 1924.
[5] Gaetano Manfredonia, "Le débat plate-forme ou synthèse", in Voline, Itinéraire : une vie, une pensée, no 13, 1996.
[6] Ibid.
[7] René Berthier, "À propos des 80 ans de la Révolution russe", Le Monde libertaire, 18 décembre 1997.
[8] Guillaume Davranche : "1927 : Avec la Plate-forme, l'anarchisme tente la rénovation." http ://www.alternativelibertaire.org/spip.php?article1596.
[9] Um congresso convocado em 1893 pelas "bourses du travail" (assim, antes da fundação da CGT) adopta o princípio da greve geral e explicitamente reconhece que é equivalente a revolução.
[10] "L'Évolution, la révolution et l'idéal anarchique" 1898, Paris, Stock, 1979.

O CCL não é nem o anarquismo actual será o baldio da esquerda política: recordando José Correia Pires

Carlos Gordilho

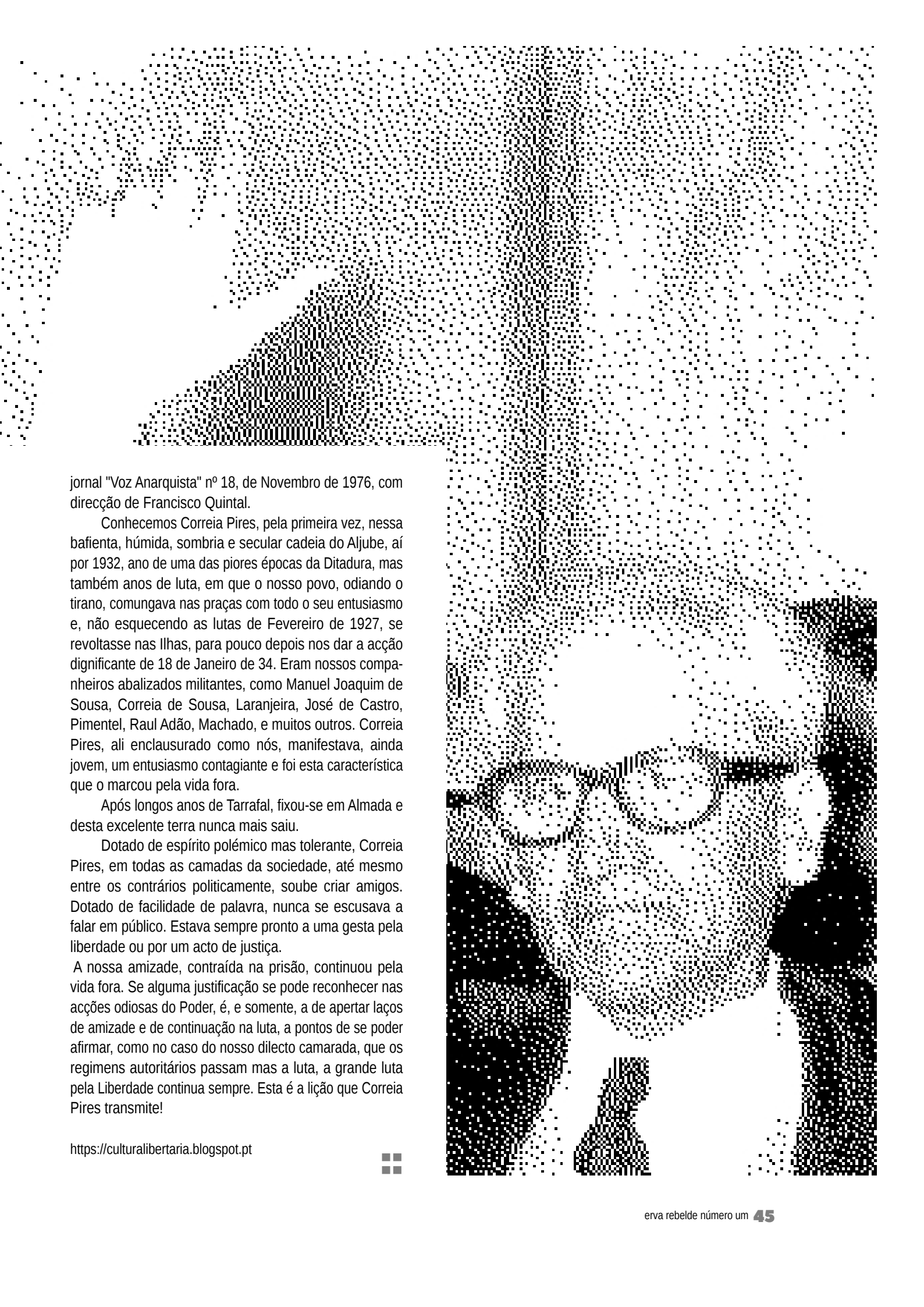
A atitude intervencionista do anarquista José Correia Pires, nascido a 17 de Abril de 1907, em S. Bartolomeu de Messines, foi indelevelmente marcada pela força de uma existência social de onde sobressai a capacidade de resistência à Ditadura portuguesa e a vontade de lutar pela extinção do Estado e contra a propriedade.

Depois do 25 de Abril de 1974, no almoço de confraternização libertária do 1º de Maio, demonstrando a possível continuidade geracional, estivemos lado a lado na primeira manifestação pública do anarquismo realizada em Cacilhas, na cervejaria Canecão.

Já depois desse encontro estivemos lado a lado e envoltos com os anarquistas almadenses no convívio diário que levaria à constituição formal do Centro de Cultura Libertária a 13 de Maio de 1974, cuja sede funcionaria inicialmente em instalações provisórias na Rua Fernão Lopes, nº 12, r/c, em Almada.

Em conformidade com o ideal anarquista estivemos lado a lado na realização do comício anarquista em Junho de 1974 no Salão de Festas da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, associação de que foi seu presidente em 1955-56 e, nessa ocasião como em tantas outras, partilhamos a vivência com os seus amigos tais como Henrique Barbeitos, médico director do Hospital da Misericórdia de Almada, Herculano Pires, advogado e deputado constituinte e Eurico da Fonseca, investigador membro da Junta de Energia Nuclear.

No maior dos eventos que o anarquismo português realizou - o comício na Voz do Operário, em Julho de 1974, evocativo da Revolução Social de 1936-39, em Espanha - estivemos lado a lado na presença dos companheiros da CNT - Confederación National del Trabajo. Queremos aqui lembrar a recepção aos militantes da CNT organizada em Coina pelos anarquistas almadenses e animada pelo companheiro José Correia Pires.

Como se vê, o nosso velho companheiro revelou no último período da sua vida que encarava a hipótese anarquista enquanto actividade revolucionária contra a opressão e a miséria material, por isso estivemos lado a lado na primeira assembleia realizada na Rua Angelina Vidal, 17, 2º andar, em Lisboa, tendo em vista constituir a cooperativa editora do jornal "A Batalha", antigo porta--voz da CGT - Confederação Geral do Trabalho.

E numa altura em que a táctica alarve da ditadura pseudo-proletarizada se enraizava e se prontificava para disparar, estivemos lado a lado no comício realizado pelo movimento libertário no Liceu de Beja.

Quanto à solidariedade anarquista estivemos lado a lado quando, no ano de 1974, acomodamos numa casa localizada na Praceta Jornal de Almada, nº 4, 4º andar, em Almada, os companheiros espanhóis Rafael, Jaime, Paloma e Paco perseguidos pela máquina repressora da ditadura franquista.

Mas o grupo de Almada constituído pela velha guarda anarquista, apesar da nossa inquieta juventude, não censurou nem nunca nos estigmatizou e com ele aprendemos o anarquismo da revolta e da compaixão, essa é a razão porque estivemos lado a lado no momento do último adeus ao companheiro Jaime Rebelo, em Setúbal, assim como, nos trabalhos preparatórios para a edição do jornal "Voz Anarquista", do qual José Correia Pires foi o mentor e assíduo colaborador.

Homem generoso, carpinteiro de profissão, anarquista, autor dos livros «Memórias de Um Prisioneiro do Tarrafal» e «A Revolução Social e a Sua Interpretação Anarquista». Profeta de uma liberdade que, todavia, humanamente não conhecemos, foi sobre os nossos ombros levado à cova no terreiro do cemitério do campo de S. Paulo, em Almada, no dia 29 de Outubro de 1976.

Damos nota nesta efeméride ao artigo publicado no

jornal "Voz Anarquista" nº 18, de Novembro de 1976, com direcção de Francisco Quintal.

Conhecemos Correia Pires, pela primeira vez, nessa bafienta, húmida, sombria e secular cadeia do Aljube, aí por 1932, ano de uma das piores épocas da Ditadura, mas também anos de luta, em que o nosso povo, odiando o tirano, comungava nas praças com todo o seu entusiasmo e, não esquecendo as lutas de Fevereiro de 1927, se revoltasse nas Ilhas, para pouco depois nos dar a acção dignificante de 18 de Janeiro de 34. Eram nossos companheiros abalizados militantes, como Manuel Joaquim de Sousa, Correia de Sousa, Laranjeira, José de Castro, Pimentel, Raul Adão, Machado, e muitos outros. Correia Pires, ali enclausurado como nós, manifestava, ainda jovem, um entusiasmo contagiante e foi esta característica que o marcou pela vida fora.

Após longos anos de Tarrafal, fixou-se em Almada e desta excelente terra nunca mais saiu.

Dotado de espírito polémico mas tolerante, Correia Pires, em todas as camadas da sociedade, até mesmo entre os contrários politicamente, soube criar amigos. Dotado de facilidade de palavra, nunca se escusava a falar em público. Estava sempre pronto a uma gesta pela liberdade ou por um acto de justiça.

A nossa amizade, contraída na prisão, continuou pela vida fora. Se alguma justificação se pode reconhecer nas acções odiosas do Poder, é, e somente, a de apertar laços de amizade e de continuação na luta, a pontos de se poder afirmar, como no caso do nosso dilecto camarada, que os regimens autoritários passam mas a luta, a grande luta pela Liberdade continua sempre. Esta é a lição que Correia Pires transmite!

https://culturalibertaria.blogspot.pt

Greve selvagem

Os bêbados espojavam-se no chão
irresponsáveis porcos gargalhando
na relva na cerveja no dichote
avessos ao dever canalhas mandriando

Impacientes animalescos brutos
falhos de chá no mais elementar
abandonando o trabalho às três da tarde
só por uns dias de atraso no pagar

Oh que tanto custa governar

Aventureiros desordeiros inssurretos
não conformes às normas que sabiam
provocadores ultrapassando lestos
os legítimos órgãos que os dirigiam

Eleitos regularmente em tempo certo
os únicos na verdade autorizados
a convocar plenários e a orar
em seu nome e nunca amotinados

Oh que tanto custa contestar

Sentados no pátio em roda ao meio da tarde
algazarras serenas choviam em torrente
e a vontade de estar seguro era tão fraca
junto ao desejo de ser apenas gente

E as vozes trepavam como em escada
pela onda alterosa da urgência
de ser corpo e cabeça ao mesmo tempo
do organismo vivo e sem regência

Mas tanto lhes custava o imaginar

Luís Chambel

Resumos de leitura

“La Revolución Ignorada. Liberación de la mujer, democracia directa, y pluralismo radical en Oriente Medio”.

O livro [1] publicado em Barcelona pela Editorial Descontrol em 2015 apresenta textos de reflexão, relatos e excertos de entrevistas escritos para a ocasião ou traduzidos para castelhano. Trata-se portanto de uma composição, recolha e selecção de textos escritos por várias pessoas ou colectivos, alguns dos quais se encontram disponíveis em linha. O objectivo, claramente enunciado pela Editorial Descontrol na nota introdutória, envolve uma componente duplamente didáctica. Pois, se o livro pretende “servir de introducción a la revolución de Rojava, a su contexto, a sus antecedentes” (AA.VV., 2015, 11), também procura dar pistas para começar a “debatir cuales son las experiencias que podemos extraer, cuales son los modelos que nos pueden enseñar” (AA.VV., 2015, 11). Finalmente, um aspecto crucial que revela apoio e adesão ao movimento curdo, encontra-se na contracapa, onde está indicado que os “benefícios de la venta de este libro se destinán a apoyar la luta del pueblo de Rojava”.

O subtítulo (Liberación de la mujer, democracia directa, y pluralismo radical en Oriente Medio) é especialmente significativo, porque indica o pano de fundo de todo o livro e o que vai ser tratado de forma mais profunda nos capítulos 5 e 8. O processo revolucionário de Rojava baseia-se num movimento feminista (AA.VV., 2015, 51-61) enquanto ruptura com um sistema de dominação patriarcal e capitalista. A estrutura federativa, apoiando-se nos conselhos populares, cuja base fundamental é a comuna, enquanto fulcro da coesão social plural (género, etnias, crenças) em que a tomada de decisões é preferencialmente feita por consenso e baseada no exercício da democracia directa, suporta o Confederalismo Democrático, ou seja, um sistema democrático sem Estado (AA.VV., 2015, 45-50).

Ao longo de cerca de 180 páginas, enriquecidas por um prólogo, epílogo, glossário, bibliografia e uma reprodução de mapas, entramos no Médio Oriente através da história do Curdistão, do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), do movimento de mulheres curdas, para concentrar-nos em Rojava e no seu processo revolucionário. O povo curdo, constituído por uma multiplicidade de grupos étnicos cujos cultos originais foram submetidos ao Islão a partir do século VII, é hoje em dia maioritariamente sunita, e encontra-se espalhado pelo mundo, contudo com maior concentração, apesar da ausência de censos oficiais, em quatro Estados, cuja população se reparte por ordem crescente, respectivamente, pela Turquia, Irão, Iraque, Síria. Assim, cada parte do Curdistão (na Turquia: Bakur; no Iraque: Bashur; no Irão: Rojhilat; na Síria: Rojava) é brevemente revista no contexto do controlo de cada Estado em que ficou inserida (AA.VV., 2015, 25-32). Durante o Império Otomano os curdos gozaram de alguma autonomia - em 1920 a zona fora proposta como futuro Estado curdo com o Tratado de Sèvres, mas o projecto

é abandonado em 1923 com o Tratado de Lausana e o território é repartido entre a Turquia ultranacionalista de Mustafa Kemal Ataturk, o Reino Unido e a França. Uma vez inserido nos respectivos dispositivos estatais, a situação do povo curdo muda radicalmente. De forma geral, os curdos são então submetidos a uma forte repressão, assassinatos, deslocações, aniquilação e proibição das suas línguas e culturas, e a uma premente islamização, apesar das resistências localizadas, revoltas e guerras iniciadas no século XX, que constituíram uma aprendizagem importante para o povo curdo da região de Rojava no despoletar da guerra civil síria.

Portanto, para perceber o que se passa em Rojava é importante conhecer tanto as lutas como as reivindicações iniciais do PKK (AA.VV., 2015, 33-37) ligado ideologicamente ao PYD (Partido da União Democrática, fundado em 2003 na Síria), ambos partidários do Confederalismo Democrático. O PKK foi criado em 1978 por Abdullah Oçalan, aprisionado desde 1999 na Turquia. Inicialmente, foi um movimento guerrilheiro marxista que a partir de 1970 lutou contra o Estado turco, inclusive através da luta armada iniciada em 1984. Foi (é) considerado pela NATO, EUA e UE como uma "organização terrorista". Contudo a partir dos anos 90, num contexto geopolítico que viu o desmantelamento do bloco socialista, a expansão do capitalismo através dos monopólios económicos, e ainda a intensa repressão sobre a população civil na Turquia, o PKK inicia uma reflexão ideológica e teórica que transforma as suas estratégias e objectivos. Então, o PKK (AA.VV., 2015, 39-43) que já não procura criar um Estado curdo, mas um municipalismo libertário, inspira-se na ecologia social do anarquista Murray Bookchin e nas estratégias dos Zapatistas de Chiapas sobre o desenvolvimento das estruturas democráticas. Assim, o Confederalismo Democrático veio constituir o "novo ideário" para a libertação do povo curdo e dos povos do Médio Oriente.

A presença do PKK em território sírio até à sua expulsão em 1998, o massacre de civis em Qamisla em 2004, que levou à criação das primeiras unidades de defesa popular (YPG), a lei de 2008, impedindo qualquer possibilidade de auto-suficiência de Rovaja e reduzindo o povo à pobreza, e o início das revoltas na Síria em 2011, constituíram circunstâncias favoráveis a uma tomada de decisão importante para o povo curdo de Rojava (AA.VV., 2015, 87-104). Em vez de se aliar às forças do Estado opressor do regime de Assad ou às forças rebeldes, cuja rebeldia se encontrava contaminada por forças cingidas e financiadas por interesses capitalistas estrangeiros (AA.VV., 2015, 68), Rojava decide defender o povo da região. Em 2011, os agentes do Governo sírio foram expulsos e para evitar conflitos internos entre grupos e partidos curdos, foi criado o Conselho Supremo Curdo (SKC) composto por um número igual de membros do PYD (Partido da União Democrática criado em 2003), partidário do Confederalismo Democrático, e por partidários do regime conservador e capitalista de Barzani, o KRG (Governo Regional do Curdistão Iraquiano). Com a organização de grupos locais a defender a região dos ataques da frente al-Nusra e Daesh em 2013, a região passa a auto-administrar-se. Em Janeiro de 2014, Rojava declara a Autonomia Democrática da zona formada por três cantões (Efrin, Kobane e Cizire) independentes (AA.VV., 2015, 99).

Começa então a descrição de alguns aspectos organizativos, onde é dado particular relevo às estruturas federativas em construção e ao desenvolvimento das transformações sociais (AA.VV, 2015, 105-165) tanto nos dispositivos que envolvem as decisões, como nos órgãos executivos e na criação de infraestruturas que possam responder às necessidades das pessoas. A estrutura federativa está representada pelos Conselhos Populares envolvendo as comunas, os distritos ou vilas, as cidades e os cantões. As decisões são tomadas e implementadas de forma autónoma e independente a nível da comuna. Desde 2014, cada cantão tem a sua DSA (Auto-administração Democrática) os membros da DSA são escolhidos nas assembleias populares de cada cantão. Muito sucintamente procura-se promover uma economia ecológica que possa providenciar os habitantes do que precisam, sendo que a propriedade fica baseada no uso e os meios de produção a cargo das cooperativas. Os membros da cooperativa são proprietários dos meios de produção, mas respondem diante da comuna. São as comunas que distribuem os bens necessários às pessoas. No que concerne a saúde, a educação e a justiça procura-se ir ao encontro das necessidades das pessoas, de acordo com os princípios ideológicos do Confederalismo Democrático. Se a área da saúde ainda revela grandes carências humanas e de infraestruturas, as áreas da educação, com a criação das academias e a formação sistemática a todos os níveis, e a área da justiça, com a abolição da pena de morte, a criação de comités de paz e consenso, de milícias de mulheres (Asayish-J) e milícias de segurança (Asayish) rotativas e descentralizadas, assim como de órgãos civis e jurídicos parecem ajustar-se à ideologia e ir ao encontro das necessidades mais prementes.

Finalmente, os aspectos mais importantes salientados no epílogo envolvem a consciência de que as mudanças sociais implicam muito trabalho, esforços, disciplina revolucionária, capacidade de autocrítica, e coragem para a mudança. As pistas lançadas como críticas a este mundo ocidental consistem em libertar-se do dogmatismo ideológico e em actualizar as estratégias e as propostas políticas.

Ana da Palma

[1] AA.VV (2015). "La Revolución Ignorada. Liberación de la mujer, democracia directa, y pluralismo radical en Oriente Medio". Barcelona: Editorial Descontrol.

“Para Destruir a Escolarização”
Jan D. Matthews

«Quem não sabe que em todo mundo não há melhor regime escolar que o prussiano? (…) quem, pergunto eu, pode exibir um militarismo de tão distinguido espírito de subordinação e de uma precisão tão mecânica? Quem pode mostrar uma burocracia da qual, pelo menos dois terços, não são outra coisa senão funcionários de corpo e alma? E a quem devemos um exército tão dotado e uma burocracia tão sóbria? Porém, sabemos apreciar a importância da cultura, educando todos da mesma maneira (…) Estar sempre sob o professor da escola não será aquilo que requer a negação mais nobre de nós mesmos?».

Estas palavras de Max Stirner, escritas em 1842, dão a ideia de como, desde a origem da escola como hoje a conhecemos, vozes anti-autoritárias alertam para o papel desta na formação de seres habilitados a perpetuar a vida em sociedade através da sua obediência a uma ideologia. “Para Destruir a Escolarização”, texto de Jan D. Matthews, datado de 2004, vem juntar-se a essas vozes. Apesar de esta ser a ideia central do texto, e nesse sentido não trazer uma novidade, o autor não parece encarar este facto no lugar impotente da vítima ou do “crítico” que se limita a contestar o modo de gestão escolar, reivindicando por escolas mais democráticas, activas, alternativas ou até libertárias. Para ele, o «carácter subversivo de algumas práticas educativas decorre da recusa em se enquadrarem na sociedade dominante como “alternativa” ao existente. São subversivas por serem parte da procura incessante de minar a ordem social» pois, mudar a forma da escola e fazer a sua crítica isolada da sociedade que a cria e sustém contribui apenas para a sua reprodução.

E se, actualmente, a escola parece ser algo naturalmente aceite pela população e defendida por ideólogos de todas as tendências políticas, é interessante o trabalho do autor, quase arqueológico, em descobrir e apresentar exemplos de resistência à experiência escolar à época da sua imposição, em particular, nos EUA. A poesia, a fuga e “misteriosos” incêndios foram algumas das formas que crianças e respectivas famílias encontraram para sabotar as engrenagens escolares. Relatos que, para além de darem pistas sobre como nem sempre se aceitou e pediu por mais e melhores escolas, animam e inspiram a vontade da sua destruição.

André Russo

Tradução e edição: Subversão AnónimA. Texto traduzido a partir do inglês “Toward the Destruction of Schooling”, 2004, disponível em: theanarchistlibrary.org. Novembro, 2016.

“La Sociedad Implosiva”
Corsino Vela

Inserindo-se na tradição do marxismo crítico e libertário, na senda de autores como Paul Mattick, e prezando contributos de conselhistas como Pannekoek, ou situacionistas como Jappe, Corsino Vela aborda neste livro a sociedade capitalista focando-se no que lhe é fulcral, a relação do capital com o proletariado, o poder e a crise, vista não como um momento de agudeza na dominação, mas antes como sua expressão elementar, inevitável, até de certo modo “desejável” para o seu desempenho, considerando-se que a baixa tendencial da taxa de lucro não lhe permite já outros caminhos, e que vão longe os tempos da dominação expansiva, passando pelo estado social de “coesão”.

Vela inicia o seu livro citando Marx, Rosa Luxemburgo e Karl Korsch, para exprimir com clareza que o capital não se esgota em si próprio arrastando o socialismo atrás de si, caído do céu sem que haja uma consciência e ação de classe, e que há um papel para a crítica e análise de todo o processo e que esta se deve inserir no movimento de emancipação tornado *praxis*.

Refletindo sobre a decomposição de um mundo em que tudo foi tornado mercadoria, Corsino Vela aponta que não há remédios prontos no catálogo das ideologias - revolucionárias ou reformistas - para pôr fim à atual dominação. Aponta por isso que «a sociedade implosiva já não é o tempo das ideologias mas sim da crítica prática que emerge da conflitividade difusa».

Apesar de todas as suas conquistas, o capital encontra--se cada vez mais com um horizonte de barbárie, pois os seus limites ameaçam já não poderem ser superados duma forma que conduza a um ciclo superior sem o recurso aos meios, digamos, extra-económicos, incluindo a vida posta em risco.

Aponta o autor: «O desenvolvimento do capital adquire cada vez mais um carácter intensivo, compressivo, onde prevalece a produção flexível sobre a produção em massa, a extração intensiva da mais-valia e o encurtamento do ciclo de negócio (acumulação) e do ciclo de vida do produto (mercadorias) com um horizonte zero. Inclusivamente no âmbito espacial, territorial, a capitalização de novos territórios no continente asiático, africano e americano resulta insuficiente para iniciar um ciclo expansivo de acordo com a dominação do capital à escala mundial».

Esgotada, por isso, a fase expansiva, o capital entrou numa fase terminal, compressiva.

Referindo-se aos artefactos tecnológicos, observa: «A obsolescência planificada é o reconhecimento prático da natureza implosiva da sociedade capitalista que acompanha a queda tendencial da taxa de lucro. A gestão da obsolescência das mercadorias é em si mesma o reconhecimento da implosão, ainda que de forma desviada, como corresponde à forma de consciência ideológica característica da sociedade do capital».

«A criação fictícia de valor que acompanha a orgia financeira é uma prova dos limites do capital como relação social baseada no valor-trabalho», conclui Corsino Vela.

O autor recua depois à ideia de revolução social associada à classe operária industrial, com as suas noções ideológicas expressas em propostas como o controlo operário e a autogestão, como que realizando uma sociedade invertida à do capital, considerando-as por sua vez inadequadas ao capitalismo total da fase presente, relativamente ao qual, mais do que propostas teóricas e ideológicas, surge agora uma possibilidade real de superação, que depende apenas da correlação de forças entre as classes sociais, já que teve início uma "terceira guerra mundial" - a guerra social generalizada, com a sua devastação física e ruína social que põe em causa a própria sobrevivência do planeta.

Corsino Vela denuncia também a falsa neutralidade da tecnologia - «a tecnologia é a tecnologia do capital». Mas em contrapartida considera também que «a alternativa do decrescimento ilustra as limitações da oposição formal ao capital».

Também as propostas da esquerda são aqui abordadas, para Vela constituindo não mais que esquerda... do capital.

Mas, para ele, igualmente as propostas alternativas são impotentes como resposta, imersas que estão «nas categorias da ideologia do velho movimento operário e do sistema de representação do estado capitalista. Tão flagrante incongruência só pode imputar-se à incapacidade real da tradição ideológica da esquerda herdeira da fase de dominação formal do capital - período ascendente da ideologia burguesa na qual se inscrevem o jacobinismo leninista, o reformismo social--democrata e o idealismo anarquista» - para adequar-se à atual fase de dominação real do capital.

«A alternativa real é o conflito (…). É a partir das formas e práticas que adotem a confrontação com o capital e com a sua forma sociológica (a classe dominante) que se pode vislumbrar a possibilidade de transcender a ordem dominante».

É verdade que há um anarquismo forjado à medida, imagem e semelhança dos aparelhos partidários. É verdade que há uma crítica do produtivismo que não equaciona a sociedade do capital em si mesma. Mas também não parece ficar o olhar de Corsino Vela preso aos limites da relação de classe como se esta fosse a totalidade da dominação? E a sua proposta de conflitividade não é também "ideológica" e mais ainda, tal solução não acaba por ser também uma forma particular de fetichismo?

Pese tudo isso, a análise da relação capital-trabalho, aprofundada e lúcida, faz desta obra uma execelente reflexão sobre o modo de produção capitalista nos dias de hoje.

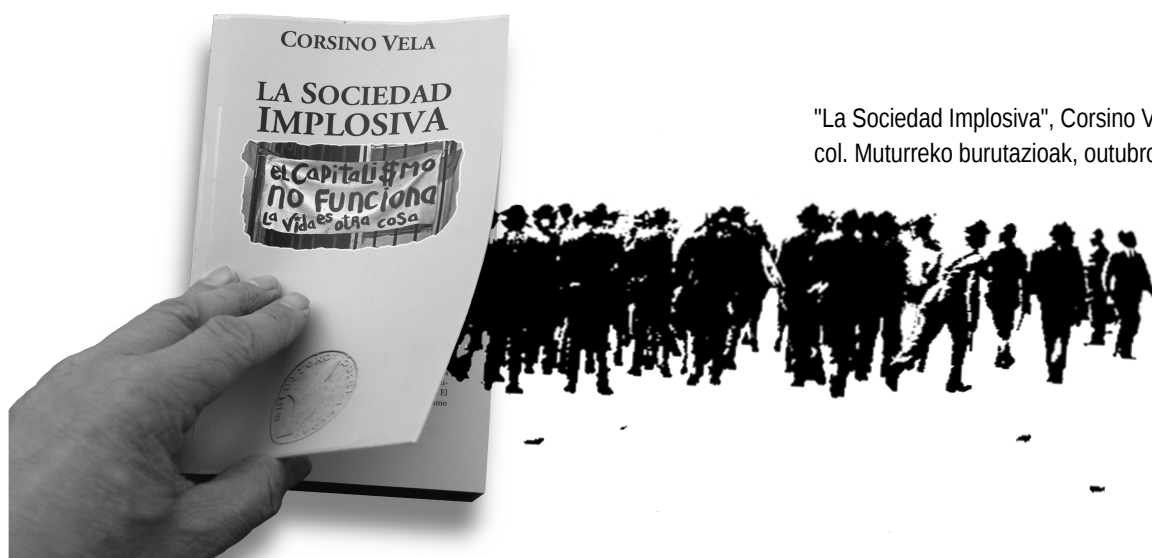
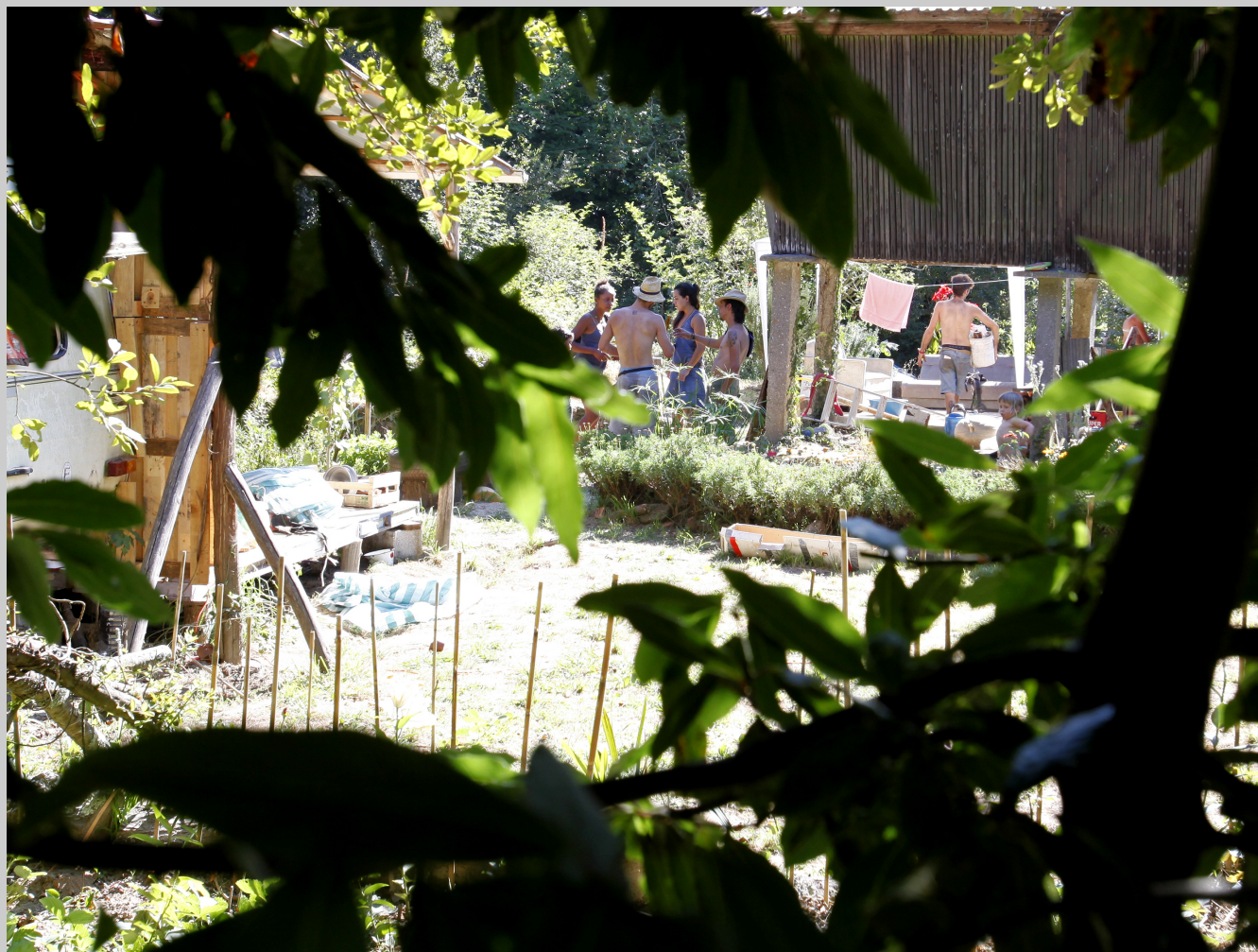
Luís Chambel

"La Sociedad Implosiva", Corsino Vela, edição Martxoak18, col. Muturreko burutazioak, outubro 2015

CORSINO VELA

LA SOCIEDAD IMPLOSIVA

el Capitali$mo no funciona

La vida es otra cosa

fotografia: ***Ursula Zangger***, "Moinho" (julho 2016)

POR UMA
EDUCAÇÃO QUE NOS
AJUDE A PENSAR
E NÃO QUE NOS
ENSINE A OBEDECER

abril 2017